



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ESTRELA AVILINO LIMA

**O PETRÓLEO NA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA:
UM ESTUDO DA RELAÇÃO COM A CHINA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

ESTRELA AVILINO LIMA

**O PETRÓLEO NA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA:
UM ESTUDO DA RELAÇÃO COM A CHINA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, pelo Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

L697p

Lima, Estrela Avilino.

O petróleo na política externa angolana : um estudo da relação com a China /
Estrela Avilino Lima. - 2025.

58 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades
e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, 2025.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

1. Petróleo. 2. Angola - Relações exteriores. 3. China - Relações exteriores.
4. Cooperação internacional. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 338.2728209673

ESTRELA AVILINO LIMA

**O PETRÓLEO NA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA:
UM ESTUDO DA RELAÇÃO COM A CHINA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, pelo Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Aprovada em: 29/05/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Magno Klein Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Dedico este trabalho ao meu irmão mais velho,
Fernando Avelino Lima, pelo apoio e incentivo
que tem me dado durante a minha jornada
acadêmica, que Deus continue lhe abençoando.
Amo-te, Mano!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sua graça, fidelidade e presença constante durante toda a minha trajetória. Foi Ele quem me sustentou nos momentos mais desafiadores e me concedeu forças para chegar até aqui.

À minha mãe, Feliciano Fonseca Avelino, mulher de oração, coragem e resiliência. Seu amor e apoio incondicional foram fundamentais para que eu chegasse até esta etapa da minha vida acadêmica. A senhora é a minha maior inspiração.

Ao meu irmão Fernando Avelino Lima, meu exemplo de força e determinação, pelo carinho, incentivo e apoio constante. Aos meus irmãos Jorge e Cristina, pela presença amorosa e pela confiança no meu caminho. À minha cunhada Dorcas Félix, por seu carinho. Ao meu pastor Xurdir Pinto, que me acompanhou com orações e apoio emocional em todos os momentos difíceis desta caminhada.

À minha orientadora, Professora Doutora Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva, por sua dedicação, orientação cuidadosa, paciência e confiança ao longo de todo o processo. Seu acompanhamento, fez toda a diferença na construção deste trabalho.

Agradeço com carinho ao Professor Doutor Magno Klein, que esteve comigo nos primeiros passos deste projeto, oferecendo apoio, sugestões valiosas e incentivo à pesquisa. Seu envolvimento inicial contribuiu significativamente para a estruturação deste trabalho.

À equipe docente do curso de Relações Internacionais da UNILAB – Campus dos Malês, por todo o conhecimento compartilhado. Àqueles amigos que estiveram ao meu lado durante essa jornada e que me acolheram com amor e companheirismo: Felícia Bumba, Ester Diahoha, Joel Miguel, Elisa Ramos, Margareth Faustino e Isabel José. Obrigada por cada palavra de incentivo, pelas risadas, pelos ombros nos momentos difíceis e pela amizade verdadeira.

Agradeço também ao movimento de evangelismo Explosivo (MEE – Brasil), ao grupo de oração Encontro com Deus e ao Coral Ango-África, por me acolherem com fé e alegria e por fazerem parte da minha caminhada espiritual e emocional durante a universidade. E a cada pessoa que, de alguma forma, contribuiu para a realização deste sonho, deixo aqui a minha mais sincera gratidão.

RESUMO

Esta monografia explora o papel do petróleo na política externa de Angola, com um olhar especial para a relação com a China. A ideia central é que o petróleo, além de ser uma fonte de energia, também serve como uma ferramenta diplomática e geopolítica para o Estado angolano, especialmente em momentos de reconstrução nacional e desenvolvimento econômico. A pesquisa utiliza uma revisão bibliográfica, com base em textos e artigos acadêmicos e jornalísticos, de autores africanos, brasileiros e internacionais. O texto está dividido em três capítulos: o primeiro aborda os conceitos e as teorias da diplomacia do petróleo, sua geopolítica e seu impacto na política externa; o segundo analisa os fundamentos históricos e as bases da política externa angolana, destacando a importância dos recursos naturais; e o terceiro examina os impactos da parceria sino-angolana, considerando seus efeitos econômicos, políticos e estratégicos, bem como os desafios impostos pela dependência do petróleo e da energia global. Os resultados indicam que, embora a cooperação com a China tenha contribuído significativamente para a reconstrução de Angola, ela também gerou novas formas de dependência econômica e fragilidades em relação à soberania nacional.

Palavras-chave: petróleo; Angola - relações exteriores; China - Relações exteriores; cooperação internacional.

ABSTRACT

This monography explores the role of oil in Angola's foreign policy, with a special look at the relationship with China. The main idea is that oil, in addition to being a source of energy, also serves as a diplomatic tool for the Angolan State, especially in times of national reconstruction and economic development. The research uses a bibliographic review, based on academic and news texts and articles, by African, Brazilian and international authors. The text is divided into three chapters: the first addresses the concepts and theories of oil diplomacy, its geopolitics and its impact on foreign policy; the second analyzes the historical foundations and bases of Angolan foreign policy, highlighting the importance of natural resources; and the third examines the impacts of the Sino-Angolan partnership, considering its economic, political and strategic effects, as well as the challenges imposed by dependence on oil and global energy. The results indicate that, although cooperation with China has contributed significantly to the reconstruction of Angola, it has also generated new forms of economic dependence and weaknesses in relation to national sovereignty.

Keywords: oil; Angola - foreign relations; China - foreign relations; international cooperation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGNU - Assembleia Geral das Nações Unidas

ANPG - Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

AOD - Ajuda Oficial ao Desenvolvimento

bpd - Barris por dia

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CEEAC - Comunidade Econômica dos Estados da África Central

CO2 - Dióxido de carbono

COVID-19 - Coronavirus Disease 2019

CNA - Congresso Nacional Africano

CNOOC - China National Offshore Oil Corporation

CNPC - China National Petroleum Corporation

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CREC - China Rail Engineering Corporation

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

FOCAC - Fórum de Cooperação China-África

IED - Investimento Estrangeiro Direto

MEE - Movimento de Evangelismo Explosivo

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OPAEP - Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo

PIB - Produto Interno Bruto

SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SINOPEC - China Petroleum & Chemical Corporation

SWAPO - Organização do Povo do Sudoeste Africano (Namíbia)

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USD - Dólar americano

ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
2	DIPLOMACIA DO PETRÓLEO	15
2.1	INTRODUÇÃO AO PAPEL DO PETRÓLEO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	15
2.2	DIPLOMACIA DO PETRÓLEO: CONCEITOS E TEORIAS	18
2.3	GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO	20
2.4	POLÍTICA EXTERNA DO PETRÓLEO	22
3	BASES DA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA	24
3.1	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA: INDEPENDÊNCIA; GUERRA FRIA E A HERANÇA COLONIAL	24
3.2	PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA EXTERNA PÓS-INDEPENDÊNCIA	25
3.3	O PAPEL DOS RECURSOS NATURAIS NA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA	27
3.4	RELAÇÕES ESTRATÉGICAS E O MULTILATERALISMO	30
4	IMPACTOS DA RELAÇÃO SINO-ANGOLANA NO CENÁRIO GLOBAL	33
4.1	A ASCENSÃO DA CHINA COMO CONSUMIDORA DE PETRÓLEO E SUA PRESENÇA NO CONTINENTE AFRICANO	33
4.2	A PARCERIA SINO-ANGOLANA: CONTEXTO E EVOLUÇÃO	37
4.3	IMPACTOS DA PARCERIA SINO-ANGOLANA	41
4.4	DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA ANGOLA NA COOPERAÇÃO ENERGÉTICA COM A CHINA	42
4.5	O FUTURO DA RELAÇÃO SINO-ANGOLANA NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA GLOBAL	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	53

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O petróleo é um recurso natural muito importante no cenário internacional, a sua função vai muito além de uma fonte de energia; ele exerce também uma grande influência na política externa e nas estratégias geopolíticas dos países. Como destaca Oliveira (2007), cuja análise será abordada mais adiante, o petróleo não deve ser visto apenas como uma mercadoria, mas como uma ferramenta de poder que molda as relações internacionais e afeta diretamente a política externa tanto dos países produtores quanto dos consumidores. Baseado nesse entendimento, esta monografia parte da ideia de que o petróleo desempenha um papel central na inserção de Angola no cenário internacional, sendo usado como um instrumento diplomático para construir parcerias estratégicas, com destaque especial para a relação com a China.

Angola é um dos principais países produtores de petróleo da África Subsaariana¹, o que lhe confere um papel importante no cenário global, permitindo atrair investimentos para fortalecer sua economia e infraestrutura, como menciona Alves (2019). Nesse contexto, a parceria com a China por ir além da garantia de petróleo, e por envolver projetos relacionados a infraestrutura, saúde e educação tornou-se muito importante, como destacado por Oliveira *et al.* (2012).

Ora, além de analisar o uso do petróleo como ferramenta diplomática na relação entre Angola e China, este trabalho também busca explorar os desafios enfrentados por Angola, especialmente no contexto da crescente transição energética global e da necessidade de diversificação econômica. Portanto, é necessário examinar as parcerias e seus efeitos geopolíticos, com especial atenção às questões de dependência e soberania nacional.

Nesse cenário, surge a seguinte pergunta de partida: como o petróleo tem influenciado a formulação da política externa angolana, especialmente a partir da relação com a China? Diante dessa questão, o objetivo geral deste trabalho é compreender o papel do petróleo na política externa angolana, com foco na sua relação com a China. Para isso, estabelecemos alguns objetivos específicos: entender os conceitos e teorias relacionadas à diplomacia do petróleo, à geopolítica do petróleo e à política externa nesse setor; analisar as bases históricas e os fundamentos da política externa de Angola, levando em conta o período pós-independência, o papel dos recursos naturais e as parcerias estratégicas; estudar a evolução da relação entre

¹ A África Subsaariana é uma região do continente africano composta por 47 países e que se localiza geograficamente abaixo do Deserto do Saara. Também chamada de “África Negra”, é a zona onde reside a maioria da população negra do continente. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/Africa-subsaariana.htm>. Acesso em: 11 maio 2025.

Angola e China, identificando os interesses de ambos; e refletir sobre o futuro dessas relações, considerando os desafios e oportunidades na transição energética. Nosso ponto de partida é a ideia de que a parceria com a China traz benefícios, mas também aumenta a dependência do petróleo como principal fonte de renda para Angola.

A relevância desta pesquisa se encontra na importância de refletir sobre a questão dependência econômica e política de Angola em relação à exportação de petróleo, especialmente no contexto atual de transição energética no cenário internacional. A parceria comercial com a China atingiu um pico em 2008, com um volume de aproximadamente vinte e cinco bilhões de dólares, conforme aponta Pautasso (2010). Além disso, dados do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás revelam que a China foi o principal destino das exportações de petróleo angolano em 2020, absorvendo 71,07% do total de 446,4 milhões de barris (Fórum de Macau, 2021). Esse dado mostra o quanto o país depende do mercado chinês. Segundo o mesmo relatório, “o governo angolano ressaltou ainda que, após a pandemia de COVID-19, a recuperação econômica chinesa trouxe consigo um aumento na demanda por petróleo, o que impulsionou novamente as exportações de Angola

Por outro lado, é importante ressaltar que Angola enfrenta desde 2015² uma crise econômica, o que levanta questionamentos sobre a real efetividade dessas relações bilaterais na promoção do desenvolvimento interno, pois esses desafios³ se refletem até então no país. De acordo com o artigo de Manuel Kiala (2024):

A pobreza é um dos problemas mais críticos em Angola. Apesar da riqueza em petróleo e minerais, uma grande parte da população vive em condições precárias. A desigualdade econômica é acentuada, com uma disparidade significativa entre os ricos e os pobres. A falta de infraestrutura adequada e o limitado acesso a serviços básicos exacerbam essa situação. (Kiala, 2024)

Diante desse contexto, muitos debates têm surgido sobre as relações sino-angolanas, especialmente no que se refere à dependência das exportações de petróleo para a China e aos efeitos disso sobre a soberania nacional. Dessa forma, esta pesquisa contribui para um debate relevante no campo das Relações Internacionais, explorando a complexa relação entre recursos naturais, poder político e estratégias de inserção internacional.

² EURONEWS. Angola e 2015: o ano dos desafios. 31 dez. 2015. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2015/12/31/angola-e-2015-o-ano-dos-desafios>. Acesso em: 17 abr. 2025.

³ GAYETA, Agostinho. Angola: Desafios económicos e sociais são ainda maiores em 2024. janeiro 07, 2024 Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/angola-desafios-econ%C3%B3micos-s%C3%A3o-ainda-maiores-em-2024/7430018.html>. Acesso em: 12 maio 2025.

A monografia está fundamentada em uma diversidade de autores brasileiros e internacionais, como Diego Pautasso (2010, 2016), João Ricardo Cumarú Silva Alves (2019), José Eustáquio Diniz Alves (2011), Oliveira *et al.* (2012), Francisco (2013), Lucas (2017), Lima (2011), Campos e Vines (2008), entre outros.

Sobre a estrutura da monografia, ela está dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado Diplomacia do Petróleo, apresenta os conceitos básicos do tema, mostrando como o petróleo influencia as relações internacionais. Neste capítulo, destacam-se temas como a diplomacia do petróleo, a geopolítica do petróleo e a política externa relacionada a esse recurso. Para explicar como o petróleo é usado como uma ferramenta de poder recorremos às obras de Oliveira (2007) e Alves (2019). A análise também aborda eventos históricos importantes, como os choques do petróleo de 1973 e 1979, além da criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Ainda neste capítulo, discutem-se teorias como o realismo e a teoria da maldição dos recursos (Lima, 2011 *apud* Alves, 2019), que mostram como a presença de petróleo pode levar à corrupção, à busca por renda (*rent seeking*) e à instabilidade política nos países produtores.

No segundo capítulo denominado “As Bases da Política Externa Angolana”, apresentamos alguns elementos históricos que moldaram a política externa do país, como a luta pela independência, a Guerra Fria e a herança colonial. Analisamos alguns princípios e objetivos da política externa angolana após 1975, como a defesa da soberania nacional, o desenvolvimento econômico e a cooperação regional. Abordamos também sobre a importância do petróleo na política externa de Angola. E por fim analisamos a forma como Angola participa de espaços multilaterais como a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) e a CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central).

Já no terceiro capítulo com o título “Impactos da Relação Sino-Angolana no Cenário Global”, analisamos a parceria sino-angolana. Nele abordamos sobre o modo como os investimentos chineses têm contribuído para o desenvolvimento de Angola, ao mesmo tempo em que aumentam a dependência econômica e colocam em evidência os desafios para o futuro, em especial no contexto da transição energética global.

Para desenvolver esses capítulos adotamos a metodologia de revisão bibliográfica, nos baseamos em teses, dissertações, artigos, relatórios oficiais e dados estatísticos. A coleta de dados foi realizada por meio da plataforma CAPES, Google Acadêmico, Google, SciELO e documentos institucionais como os da ANPG (Agência Nacional de Petróleo, Gás e

Biocombustíveis), em sites de estatística como o Trading Economics, e também em relatórios internacionais como o Statistical Review of World Energy. Como defendem Kauark et al. (2010), a metodologia da pesquisa é o caminho que se percorre para responder ao problema proposto, e deve incluir informações sobre os métodos, o objeto, os sujeitos e as limitações do estudo. Os mesmos autores afirmam que o levantamento teórico é um marco essencial do processo investigativo, que sustenta a construção dos argumentos e amplia a compreensão do objeto estudado. Para Sampieri, Collado e Lucio (2006) *apud* Kauark et al. (2010), essa revisão é que permite desenvolver uma base sólida para a análise.

A seleção das fontes da revisão bibliográfica foi guiada por palavras-chave específicas de cada subcapítulo, como “diplomacia do petróleo”, “geopolítica do petróleo”, “relações: Angola-China”, “cooperação energética”, “transição energética”, “política externa do petróleo”, “política externa angolana”.

A elaboração desta monografia foi um processo contínuo de organização, dividido em etapas. No TCC I, definimos o tema e o problema de pesquisa, estruturamos os capítulos e começamos a revisar a literatura. Em seguida, no TCC II, aprofundamos a revisão bibliográfica e iniciamos a escrita do primeiro capítulo. Por fim, no TCC III, concluímos os capítulos restantes e adicionamos os elementos pré-textuais e pós-textuais, como folha de rosto, resumo, sumário, considerações iniciais e considerações finais. Optamos por incluir esses elementos ao final para garantir que a estrutura estivesse alinhada com a análise. Ao longo de todo o processo, mantemos as referências bibliográficas atualizadas.

Neste sentido, este trabalho busca entender como o petróleo tem sido um elemento central na forma como Angola se posiciona no cenário internacional. A partir da relação com a China, é possível observar os benefícios mas também os desafios desse modelo de diplomacia, no qual o petróleo funciona como moeda de troca e também como fator de dependência.

2 DIPLOMACIA DO PETRÓLEO

Angola, como um dos maiores produtores de petróleo da África, tem na exploração e diplomacia do petróleo uma das chaves para sua projeção internacional. Desde a independência em 1975, o país tem utilizado seus recursos naturais, especialmente o petróleo, como instrumento estratégico de inserção no sistema internacional e de afirmação de sua política externa. Segundo Pautasso (2010), Angola, ao conquistar sua independência, percebeu a importância do petróleo não apenas como fonte de riqueza, mas também como ferramenta essencial para garantir sua posição no jogo geopolítico global.

Neste capítulo, intitulado Diplomacia do Petróleo, exploraremos a ideia de que a relevância do petróleo vai além da sua função energética e funciona como instrumento diplomático. Iniciaremos a abordagem a partir dos conceitos e teorias que explicam como Estados produtores e consumidores manipulam preços, controlam rotas de escoamento e formam alianças estratégicas em torno desse recurso. Discutiremos, ainda, as bases da geopolítica do petróleo e as diretrizes da “política externa do petróleo” à luz do realismo e da teoria da maldição dos recursos para compreender como o domínio sobre as reservas e a distribuição do petróleo moldam a configuração do poder global.

2.1 INTRODUÇÃO AO PAPEL DO PETRÓLEO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ora, o petróleo é um dos recursos naturais mais estratégicos e com um valor inestimável no mundo, que desde o século XIX vem desempenhando um papel fundamental nas Relações Internacionais. Neste contexto, a sua importância vai muito além do setor energético, uma vez que exerce certa influência na economia, na política e na segurança global, tornando assim um elemento crucial na definição de políticas externas, negociações comerciais, alianças geopolíticas e até mesmo conflitos armados.

Ao longo da história⁴, o petróleo passou de um recurso natural básico. Inicialmente utilizado por civilizações antigas, como os mesopotâmicos e egípcios, para fins simples como pavimentação e iluminação, tornou-se um dos pilares da economia e das relações internacionais contemporâneas. Embora seu uso remonte a tempos antigos, foi no século XIX que a indústria do petróleo começou a se desenvolver de forma significativa. A perfuração do primeiro poço de petróleo por Edwin Drake na Pensilvânia em 1859 foi um marco importante. À medida que

⁴ SOUSA, Rafaela. “Petróleo”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/petroleo.htm>. Acesso em: 14 out. 2024.

a tecnologia avançou, a exploração e o refinamento do petróleo se expandiram para outras regiões, como a Escócia, o Azerbaijão e o Canadá. Hoje, o controle do petróleo é um fator crucial para o sucesso de países exportadores e consumidores, influenciando a economia global e levando a eventos significativos, como guerras e crises econômicas.

O boom do petróleo⁵ na Pensilvânia em 1859 e a crise do petróleo de 1973, são exemplos de eventos que mostram como as flutuações no preço do petróleo afetam a geopolítica global. Durante a Guerra do Yom Kippur⁶ e a Revolução Iraniana (1978)⁷, os preços do barril dispararam, alcançando picos históricos de quase 100 dólares por barril. Esses picos demonstram o impacto direto dos conflitos internacionais no setor energético. Além disso, crises como essas aumentaram a dependência das grandes potências por fontes de energia, moldando suas políticas externas de forma significativa.

A criação da OPEP⁸ em 1960, um marco importante para os países produtores de petróleo. Fundada por Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela, a organização visava aumentar a receita desses países e ter mais controle sobre a produção de petróleo, que até então era dominada por grandes empresas multinacionais conhecidas como as “Sete Irmãs” (*Standard Oil, Shell, Mobil, Gulf, BP, Standard Oil of California e Texaco*). Desde então, a OPEP tem desempenhado um papel fundamental na diplomacia do petróleo e na definição de preços. Dois eventos significativos ilustram seu impacto: o primeiro choque do petróleo em 1973, quando os países da OPEP aumentaram os preços em mais de 400% em resposta ao apoio dos EUA a Israel durante a Guerra do Yom Kippur, levando a uma recessão global; e o segundo choque em 1979, desencadeado pela Revolução Iraniana e intensificado pela Guerra Irã-Iraque, que resultou em novos aumentos de preços e incertezas no fornecimento global.

Como uma das principais fontes de energia, o petróleo é necessário para a economia global, sendo que ele é bastante utilizado nos transportes⁹, nas indústrias¹⁰ e em cadeias de

⁵ Evolução do preço do petróleo. Preço do petróleo cru desde 1861 (dólares por barril). Disponível em: [Historico_petroleo.jpg](https://wikimedia.org/wiki/Historico_petroleo.jpg) (450×400) (wikimedia.org). Acesso em: 13 out. 2024.

⁶ A Guerra do Yom Kippur aconteceu em 1973, envolvendo Israel e países árabes, sendo impulsionada por disputas de território. O confronto teve início no Yom Kippur, o dia mais sagrado da religião judaica.

⁷ SILVA, Júlio César Lázaro da. “As Transformações Políticas no Irã e a Revolução Islâmica”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/as-transformacoes-politicas-no-ira-revolucao-islamica.htm>. Acesso em 14 out. 2024.

⁸ Crises do Petróleo. Disponível em: Crises do petróleo – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org). Acesso em: 13 out. 2024.

⁹ No transporte, o petróleo é essencial para a produção de combustíveis como gasolina, diesel e querosene, que movem veículos terrestres, marítimos e aéreos. Sua alta densidade energética e facilidade de armazenamento o tornam a opção mais viável para o setor de transporte em larga escala. Disponível em: As 10 características mais importantes do petróleo - Maestrovirtuale.com. Acesso em: 13 out. 2024.

¹⁰ Na indústria, o petróleo é amplamente utilizado na produção de plásticos, borrachas, solventes, lubrificantes, tintas e fertilizantes. Sua versatilidade e baixo custo tornam-no uma matéria-prima essencial para a fabricação de

produção de matérias primas. Dessa forma, a procura por esse recurso natural tem impulsionado o desenvolvimento do comércio internacional, sendo que a instabilidade¹¹ de seu preço influencia de maneira significativa as economias das nações, especialmente aquelas que são altamente dependentes da exportação ou importação de petróleo. Por outro lado, no que diz respeito ao seu impacto político, a diplomacia relacionada ao petróleo tornou-se uma ferramenta fundamental para os Estados que possuem grandes reservas de petróleo, possibilitando que influenciem negociações internacionais.

De acordo com a *Statistical Review of World Energy 2024*¹², a produção global de petróleo atingiu um recorde, ultrapassando 96 milhões de barris por dia (bpd), além disso, em 2023, a produção de países fora da OPEP+¹³ cresceu 20% a mais do que a demanda global incremental. Nesse contexto, os Estados Unidos continuam sendo o maior produtor, com um aumento superior a 8% em sua produção, enquanto a produção da Federação Russa caiu mais de 1% devido a sanções internacionais. Ademais, na América do Sul e Central, a produção apresentou o maior crescimento, com um aumento de 11% em 2023. Já na região Ásia-Pacífico, a produção da China cresceu 2%, representando cerca de 57% da produção total da região. Além disso, a China se tornou o maior mercado de refino por capacidade, superando os Estados Unidos, atingindo 18.484 mil bpd. Nesse sentido, a taxa de utilização da capacidade de refino na China foi de 82%, enquanto nos EUA foi de 87%. Adicionalmente, em 2023, o consumo global de petróleo ultrapassou 100 milhões de bpd pela primeira vez na história. No entanto, o uso de gasolina e diesel voltou aos níveis de 2019; contudo, o consumo de querosene, apesar de um crescimento de 17,5%, ainda não retornou ao pico de 2019. Por fim, a produção de petróleo de países como EUA, Canadá e Brasil apresentou aumentos significativos, enquanto alguns países, como Venezuela e Reino Unido, enfrentaram estagnação ou queda na produção.

De acordo com Atakins *et al.* (2017) *apud* Alves(2019), entre os maiores exportadores de petróleo e outras commodities para a China em 2017 estão: África do Sul (US\$ 24,4 bilhões), Angola (US\$ 20,7 bilhões), República do Congo (US\$ 3,9 bilhões), República Democrática do Congo (US\$ 3,3 bilhões) e Zâmbia (US\$ 3,1 bilhões). A partir desses dados, podemos observar

uma variedade de produtos que utilizamos no dia a dia. Disponível em: As 10 características mais importantes do petróleo - Maestrovirtuale.com. Acesso em: 13 out. 2024.

¹¹ Redação EuQueroInvestir. Os impactos da queda no preço do Petróleo. Disponível em: <https://euqueroinvestir.com/educacao-financeira/impactos-queda-petroleo>. Acesso em: 12 out. 2024.

¹² KEARNEY. *Statistical Review of World Energy 2024*. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/ei-statistical-review-of-world-energy-2024/269785435>. Acesso em: 13 out. 2024.

¹³ O grupo “oficial” da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) é composto por 13 países e foi fundado na década de 1960. Já a Opep+ é a extensão do maior cartel de petróleo do mundo e entidade fundamental para definir os rumos do preço da commodity. (Nakamura, 2023)

como a estratégica do comércio de commodities entre África e China é relevante. Assim sendo, analisar os conceitos teóricos e a geopolítica que moldam a diplomacia do petróleo neste capítulo se torna necessário, e também analisar como o petróleo define as relações internacionais de diferentes países, incluindo uma reflexão sobre seu impacto na política externa é de suma importância.

2.2 DIPLOMACIA DO PETRÓLEO: CONCEITOS E TEORIAS

A A diplomacia consiste em atuar em nome dos interesses de uma nação no cenário internacional. Nesse contexto, a diplomacia do petróleo refere-se ao emprego deste recurso natural como instrumento de política externa, onde nações produtoras e consumidoras de petróleo buscam conduzir negociações e alinhar seus interesses estratégicos, econômicos e políticos. Esse conceito emerge da consciência de que o petróleo, como um recurso natural de valor inestimável, ocupa uma posição fundamental nas relações internacionais, influenciando tanto as políticas domésticas quanto as externas dos países envolvidos.

Oliveira (2007), discute as dinâmicas complexas que envolvem a diplomacia do petróleo, ressaltando que o petróleo não é apenas uma *commodity* econômica, mas também um instrumento de poder que molda as relações internacionais. Segundo o autor, a diplomacia do petróleo é marcada por uma série de estratégias que envolvem a manipulação de preços, o controle sobre as rotas de distribuição, e a formação de alianças estratégicas entre países produtores e consumidores.

O uso do petróleo como instrumento diplomático ficou evidente no embargo de 1973, quando os países árabes da OPEP restringiram o fornecimento do recurso às nações que apoiaram Israel durante a Guerra do Yom Kippur. A medida desencadeou uma crise energética global e mostrou como o controle sobre o petróleo pode ser mobilizado para pressionar governos, influenciar decisões políticas e alterar o equilíbrio de poder no sistema internacional.

No campo teórico, a diplomacia do petróleo pode ser interpretada a partir de diferentes perspectivas das Relações Internacionais. A teoria realista, por exemplo, compreende o Estado como principal ator, guiado pela busca de segurança e pela defesa de seus interesses nacionais. Nessa lógica, o petróleo se torna um recurso estratégico fundamental. Como afirma Martin Wight *apud* Sarfati (2005, p. 126), o realismo associa-se a relações entre Estados soberanos que, situados em um sistema anárquico, procuram sobreviver e, portanto, tendem a equilibrar o poder. Assim, a competição pelo acesso e controle do petróleo expressa a busca pela segurança energética e pela estabilidade interna e externa.

Outro conceito importante na teoria é a chamada Maldição dos Recursos. Essa ideia sugere que uma grande quantidade de recursos naturais pode acabar trazendo problemas econômicos e sociais, como corrupção, conflitos internos e um crescimento mais lento. Segundo Lima (2011) *apud* Alves (2019, p. 82), as teorias econômicas destacam os mecanismos que explicam essa maldição, mostrando como a abundância de recursos pode prejudicar o desenvolvimento de um país. Nesse sentido, Auty (1993), mencionado no artigo Análise da evolução do discurso sobre a maldição de recursos naturais e o retrato dos países da África subsaariana (2021), argumenta que ter muitos recursos disponíveis nem sempre é uma vantagem, especialmente para países de baixa e média renda. Em alguns casos, essa riqueza pode até levar a um desempenho econômico pior do que países com menos recursos, essa é a essência da chamada “maldição dos recursos”.

Embora muitos autores tenham uma visão mais determinista sobre esse fenômeno, várias pesquisas contestam essa ideia. Por exemplo, Basedau (2005) destaca que os efeitos da abundância de recursos dependem de fatores contextuais, como o tipo de recurso, o grau de dependência e a qualidade das instituições. Para Obeng-Odoom (2012), bênçãos e maldições coexistem e variam de acordo com os grupos sociais afetados, o que mostra a complexidade do tema. Castel-Branco (2017) também aponta que os recursos, por si só, não geram problemas; esses surgem das dinâmicas de acumulação de capital e de condições históricas específicas. No caso de Angola, Sogge (2017) reforça que não se pode explicar a situação apenas como uma maldição, sendo importante considerar a trajetória política e econômica do país ao longo do tempo. Stevens (2015) acrescenta que essa maldição não é uma lei determinista, mas sim uma tendência influenciada pela gestão econômica e institucional. Com todas essas perspectivas, fica claro que o fenômeno exige análises críticas e comparativas para uma compreensão mais aprofundada.

Nas teses da economia política, Lima (2011) *apud* Alves (2019) destaca ainda que a abundância de recursos frequentemente afeta a governança, associando-se à corrupção, à busca de renda (*rent seeking*) e a baixos níveis de democracia. Nesse sentido, o conceito de *rent seeking*, ou “caça à renda”, é fundamental. Ele descreve comportamentos de indivíduos ou grupos que buscam obter vantagens financeiras por meio da manipulação do ambiente institucional, em vez da geração produtiva de riqueza. Isso ocorre quando empresas ou setores procuram influenciar políticas públicas e regulações em seu favor, muitas vezes por meio de lobby, corrupção ou pressões políticas.

O lobby, assim, torna-se um mecanismo prioritário para a materialização do *rent seeking*. Graziano (1997, p. 4) define o *lobby* como a representação política de interesses em

nome de clientes identificáveis, realizada por meio de esquemas que, em princípio, excluem práticas desonestas. Para o autor, trata-se de uma representação técnica e especializada, distinta daquela exercida por políticos eleitos (Graziano, 1997, p. 6). No entanto, ele alerta que essa modalidade de representação pode gerar desequilíbrios, favorecendo interesses organizados em detrimento de causas públicas mais amplas ou difusas, conforme também discutido por Olson (1965) *apud* Graziano (1997). Dessa forma, embora o lobby não seja, por si só, uma prática ilegítima, ele pode ser instrumentalizado como mecanismo de *rent seeking*, quando grupos privados buscam capturar o Estado para obtenção de vantagens econômicas exclusivas.

A diplomacia do petróleo desempenha papel relevante nas estratégias políticas de elites em países africanos. Segundo Durovic (2016) *apud* Alves (2019, p. 84), em períodos eleitorais, projetos de infraestrutura financiados por acordos ligados ao petróleo são frequentemente apresentados como realizações dos partidos no poder, contribuindo para sua legitimação política. Nesse cenário, as relações com a China, grande investidora nos setores petrolífero e de infraestrutura, tornam-se centrais.

No caso de Angola, exportador de petróleo, a diplomacia do petróleo revela-se uma estratégia vital para a China. As relações econômicas entre os dois países integram uma diplomacia mais ampla, na qual Beijing garante acesso ao petróleo em troca de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento humano. O apoio de organismos estatais chineses, como o EximBank, aliado à atuação de grandes empresas petrolíferas, facilita tais relações e evidencia como o petróleo é elemento central nos interesses estratégicos de ambos os países.

De acordo com Oliveira *et al.* (2012), as relações econômicas e políticas da China com Angola são moldadas pelo papel central do petróleo, utilizado como instrumento essencial na diplomacia econômica de Beijing. Além disso, a diplomacia do petróleo manifesta-se na busca chinesa por segurança energética e no fortalecimento de sua influência global, ao mesmo tempo em que procura assegurar a outros países que sua ascensão não representa uma ameaça. As ações das empresas estatais chinesas em Angola, que ultrapassam a simples exploração de recursos e incluem investimentos em infraestrutura e desenvolvimento humano, constituem exemplos concretos dessa diplomacia em prática.

2.3 GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO

A geopolítica do petróleo é uma área de estudo que investiga as relações de poder e influência entre os países no contexto da produção, distribuição e consumo desse recurso. Sendo o petróleo um recurso natural de grande relevância para a economia global, ele também se

configura como um forte instrumento de poder geopolítico, que, por sua vez, influencia as políticas externas das nações e molda o cenário internacional. Segundo Oliveira (2007), a geopolítica do petróleo abrange dinâmicas complexas, como a militarização e os conflitos em torno do controle e da comercialização de petróleo em áreas estratégicas. Essas características podem ser observadas em diversos contextos contemporâneos, como no caso do Sudão do Sul, que será analisado mais adiante, onde a dependência do petróleo e as disputas em torno de sua exploração evidenciam concretamente essa lógica geopolítica.

Um exemplo dessas dinâmicas como abordado por Oliveira (2007) pode ser visto na África Subsaariana, onde dois complexos regionais se destacam: a zona do Atlântico Sul, em torno do Golfo da Guiné, e o Chifre da África. No Golfo da Guiné, o petróleo é um fator central nos conflitos, incluindo disputas entre províncias e governos centrais, frequentemente permeadas por rivalidades históricas, como o separatismo em Cabinda, Angola, e os conflitos entre o governo nigeriano e as províncias petrolíferas do Delta do Níger. Segundo Oliveira (2007) essas regiões são também fortemente militarizadas, à medida que as disputas pelo controle dos recursos energéticos e pela renda de sua comercialização se intensificam.

No Chifre da África, segundo o autor, a geopolítica do petróleo envolve tanto as guerras civis locais quanto a dinâmica de segurança global, particularmente devido à importância das rotas de transporte de petróleo no Mar Vermelho. Além disso, o autor destaca que descobertas recentes de petróleo nessa região aumentaram ainda mais a tensão e a competição entre os países. Assim sendo, de acordo com o autor a geopolítica aqui é moldada tanto por interesses regionais quanto por intervenções externas, muitas vezes ligadas às principais potências globais, como os Estados Unidos, que, desde o fim da Guerra Fria, têm exercido grande influência no Oriente Médio e em áreas estratégicas do transporte energético (Oliveira, 2007, p. 1-2).

Essas dinâmicas se inserem em um contexto global de reordenamento do sistema internacional pós-Guerra Fria, marcado por guerras civis, instabilidades políticas e intervenções militares. O Sudão do Sul, por exemplo, apesar de ser o mais jovem país do mundo, enfrenta severas dificuldades devido à sua dependência das receitas do petróleo e à ausência de infraestrutura básica. Desde sua independência em 2011, o país tem lidado com a corrupção endêmica e a falta de acesso ao mar, tornando-se vulnerável à boa vontade dos países vizinhos, especialmente do Sudão, para escoar sua produção petrolífera. (Maia; Ferabolli, 2020, p. 2-3).

De acordo com Maia e Ferabolli (2020), a história recente do Sudão do Sul é marcada por disputas políticas e guerras civis, o que complica o desenvolvimento econômico e a utilização dos recursos naturais. Além disso, a infraestrutura inadequada e a persistência dos

conflitos armados têm impedido a industrialização e dificultado a atividade agrícola. Segundo os autores, a chegada dos investimentos chineses no final dos anos 1990, embora tenha trazido alguma esperança de desenvolvimento, não alterou substancialmente essa realidade.

Conforme Maia e Ferabolli (2020), a produção de petróleo no Sudão do Sul atingiu seu pico em 2010, com aproximadamente 500 mil barris/dia, sendo 70% exportados para a China. Essa dependência do mercado chinês é ainda mais acentuada quando se considera que, em 2008, o Sudão do Sul já era o sexto maior produtor de petróleo da África (EIA, 2018 *apud* Maia; Ferabolli, 2020, p. 9).

Além disso, Parello-Plesner; Duchâtel, (2014) *apud* Maia e Ferabolli, (2020), destacam que a dependência das receitas do petróleo é extremamente alta no Sudão do Sul, com a arrecadação do governo sendo praticamente toda oriunda dessa *commodity*. Sendo assim, isso torna o país vulnerável a flutuações nos preços do petróleo e a disputas com o Sudão pela infraestrutura de transporte e refino.

De acordo com Johanson (2016) *apud* Maia e Ferabolli (2020), a China investiu significativamente no setor petrolífero do Sudão do Sul, com aportes de USD 1,5 bilhão entre 2000 e 2005, e USD 533 milhões entre 2006 e 2011. Em conformidade com o autor, esses investimentos não parecem ter alterado substancialmente a realidade do país, que continua a enfrentar desafios significativos em termos de desenvolvimento econômico e estabilidade política.

A geopolítica do petróleo no Sudão do Sul, como destacado por Oliveira (2007), ilustra como a localização geográfica, os recursos energéticos e os interesses estratégicos moldam as relações entre países e regiões, levando a disputas territoriais e instabilidades. As intervenções militares dos EUA no Oriente Médio, como as invasões ao Afeganistão e ao Iraque, ressaltam a importância da segurança energética, especialmente em relação ao petróleo, nas políticas externas das superpotências. Além disso, a militarização de regiões ricas em petróleo e das rotas de transporte, como as que atravessam o Mar Vermelho, mostra como a geopolítica do petróleo é um fator crucial no cenário internacional.

2.4 POLÍTICA EXTERNA DO PETRÓLEO

A política externa é a representação dos Estados por meio da diplomacia. Segundo Madeira (2019), ela busca posicionar e defender os interesses nacionais no cenário internacional. No contexto do petróleo, a política externa se torna uma estratégia global crucial

para muitos países, especialmente aqueles que dependem fortemente da importação de recursos energéticos para sustentar seu crescimento econômico.

De acordo com Alves (2019), a China enfrentou um desafio energético devido à sua demanda crescente por energia e à produção interna de petróleo que não acompanhava esse crescimento. Para resolver isso, o governo chinês promoveu a internacionalização de suas empresas estatais, como CNOOC, Sinopec e CNPC. Segundo o autor, desde o início do século XXI, essas empresas começaram a buscar ativos e direitos de exploração de petróleo em várias partes do mundo, incluindo o Oriente Médio, América do Sul e África, com o objetivo de garantir a segurança energética do país.

Alves (2019), aponta que a China se destaca como um dos principais importadores de petróleo da África. Nesse sentido, em 2017, os principais exportadores de petróleo e outras commodities para a China incluíam a África do Sul, Angola e a República do Congo, com destaque para os valores já mencionados anteriormente. Tal dinâmica comercial, não apenas solidificou a posição da China na África, mas também permitiu que países africanos fortalecessem suas economias através de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento.

Em resumo, a diplomacia do petróleo tem um papel fundamental nas relações internacionais, transformando a política externa de países que produzem e consomem petróleo. Nesse contexto, a competição por reservas e rotas de distribuição é intensa, com potências mundiais disputando controle. Além disso, a política externa do petróleo é influenciada por estratégias de países como a China, que por sua vez busca garantir sua segurança energética e expandir sua influência global. Estudos recentes confirmam essa dinâmica: Li, Ren e Gao (2025) demonstram que a diplomacia energética chinesa, especialmente por meio de visitas de alto nível e acordos bilaterais, têm impacto direto sobre o comércio de petróleo, reforçando a centralidade da energia na política externa. Da mesma forma, Delgado e Febraro (2017) destacam que a segurança energética é um eixo estruturante da política externa chinesa, vinculada à proteção de rotas estratégicas e à diversificação de fornecedores. Portanto, compreender essas dinâmicas é essencial para analisar as relações internacionais contemporâneas.

Dessa forma, no próximo capítulo, vamos explorar as bases da política externa angolana, com destaque para seus fundamentos históricos, princípios e objetivos pós-independência, o papel dos recursos naturais e as parcerias estratégicas e multilateralismo.

3 BASES DA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA

Ora, imagine um país que, após uma década de luta intensa, conquistou sua independência em 11 de novembro de 1975. Essa é a história de Angola, que desde então tem buscado consolidar sua posição no sistema internacional. Neste capítulo, vamos explorar as bases da política externa angolana, analisando seus fundamentos históricos, princípios e objetivos estratégicos, o papel dos recursos naturais e as parcerias que moldaram a presença do país no cenário global.

3.1 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA: INDEPENDÊNCIA; GUERRA FRIA E A HERANÇA COLONIAL

A política externa de Angola está profundamente enraizada em sua história, marcada pela colonização portuguesa e pela luta incessante pela independência. Em conformidade com Francisco (2013) durante séculos, Angola foi explorada economicamente e socialmente pelo império português, o que resultou na formação de uma estrutura política e econômica dependente da metrópole.

A independência de Angola, conquistada em 11 de novembro de 1975, foi o resultado de uma longa e árdua luta anticolonial liderada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). De acordo com Jovita (2017), o objetivo era romper definitivamente com o domínio estrangeiro e consolidar a soberania nacional. Com a independência, o reconhecimento internacional tornou-se uma prioridade diplomática, como destaca Silva (2015), pois Angola precisava assegurar apoio político e econômico para sua reconstrução.

A Guerra Fria também teve um impacto significativo na política externa angolana. Segundo Jovita (2017), o país se tornou um campo de batalha geopolítico entre as superpotências, com a União Soviética e Cuba apoiando o MPLA, enquanto os Estados Unidos e a África do Sul apoiavam a FNLA e a UNITA. Isso exigiu que a diplomacia angolana navegasse por alianças internacionais complexas para garantir a segurança e a estabilidade internas. Conforme Silva (2015), esse período foi marcado por intervenções estrangeiras que afetaram a autonomia do Estado, levando a uma postura diplomática focada na preservação da soberania e na busca por aliados estratégicos, o que permitiu que Angola se posicionasse no cenário internacional e enfrentasse os desafios da época.

Além disso, a herança colonial continuou a influenciar a política externa de Angola. De acordo com Lucas (2017), as relações com Portugal mantiveram-se relevantes, tanto pela

presença de uma comunidade angolana significativa no país europeu quanto pelos vínculos econômicos que perduraram após o fim do colonialismo. O português permanece como língua oficial de Angola, e a cooperação bilateral entre os dois países pode ser observada também a partir do novo acordo da CPLP¹⁴ sobre mobilidade que ambos assinaram no dia 17 de julho de 2021 na capital, Luanda.

De acordo com Mendes e Tian (2020), Angola chegou a tentar diversificar suas parcerias por meio da busca de apoio junto a doadores ocidentais e programas multilaterais de reconstrução nacional. Contudo, diante do insucesso dessas iniciativas, o país manteve forte dependência das relações históricas com a China para impulsionar sua inserção internacional.

Segundo Mendes e Tian (2020), Angola chegou a tentar diversificar suas parcerias por meio da busca de apoio junto a doadores ocidentais e programas multilaterais de reconstrução nacional. Contudo, diante do insucesso dessas iniciativas, o país manteve forte dependência das relações históricas com a China para impulsionar sua inserção internacional. Isso mostra que a influência do passado colonial, combinada com o contexto da Guerra Fria e a luta pela independência, estabeleceu as bases para a política externa angolana.

Em resumo, essa experiência histórica de Angola reforçou a necessidade de uma diplomacia eficiente, que foque na autonomia nacional e na busca por parceiros que respeitem sua soberania. Como destaca Lucas (2017), essa abordagem permitirá que Angola navegue pelas complexidades da política internacional e defenda seus interesses de forma eficaz.

3.2 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA EXTERNA PÓS-INDEPENDÊNCIA

A política externa de Angola pós-independência tem como pilares fundamentais a defesa da soberania nacional, o desenvolvimento econômico e a integração regional. Desde 1975, o país adotou uma abordagem diplomática voltada para a preservação de sua integridade territorial e autonomia política, buscando consolidar seu Estado em um ambiente caracterizado por desafios internos e externos. Segundo Silva (2015), a política externa angolana foi moldada pela necessidade de estabilidade interna e pelo fortalecimento da posição do país no cenário regional e internacional. Isso levou ao estabelecimento de alianças estratégicas e participação ativa em organizações multilaterais.

¹⁴ AGÊNCIA SENADO. Aprovado acordo de mobilidade entre países de língua portuguesa. Senado Federal, Brasília, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/02/17/aprovado-acordo-de-mobilidade-entre-paises-de-lingua-portuguesa>. Acesso em: 12 maio 2025.

De acordo com Bembe (2016), os fundamentos da política externa angolana estão diretamente ligados à luta armada, à consolidação do Estado e à projeção internacional de Angola como ator relevante no Sul Global. O respeito à autodeterminação dos povos é um dos princípios centrais da política externa angolana, refletindo a experiência de colonização e guerra de libertação enfrentada pelo país.

A autora Cruzichi (2021) discorre sobre essa temática, destacando que a política externa de Angola é guiada por princípios fundamentais que refletem a história e os valores do país. Desde a independência, Angola tem buscado estabelecer relações diplomáticas baseadas no respeito mútuo e na cooperação.

Conforme destacado por Paulo Teixeira Jorge em seu discurso na Assembleia Geral da ONU, os princípios que norteiam a política externa angolana incluem:

A política externa da República Popular de Angola é governada por princípios inequívocos os quais nós gostaríamos de destacar e reafirmar: relações com todos os estados do mundo nas bases do respeito mútuo pela soberania nacional e integridade territorial; não agressão; não interferência em assuntos internos; vantagens recíprocas e equânimes; coexistência pacífica e não alinhamento; respeito pelos princípios da carta das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana; intransigente salvaguarda de nossa completa independência e de nossa opção socialista; a diversificação das relações de cooperação nos campos mais variados; solidariedade militante com movimentos de libertação nacional, com povos oprimidos e com a luta dos trabalhadores de todo o mundo, nas bases do internacionalismo proletário; e o progressivo fortalecimento de laços de amizade e cooperação com a comunidade anti-imperialista em todos os continentes. (Jorge, 1977, p. 596-597, tradução nossa *apud* Cruzichi, 2021, p. 85).

Esses princípios, destacados por Jorge (1977) *apud* Cruzichi (2021)¹⁵, refletem a experiência colonial recente e a ideologia do partido no poder, e são baseados na solidariedade entre os movimentos de libertação, autodeterminação dos povos, não ingerência nos assuntos internos de outros Estados e defesa da soberania nacional.

Jovita (2018) *apud* Cruzichi (2021, p. 86) destaca três frentes estratégicas da política externa angolana, a primeira é Alinhamento ideológico ao bloco socialista na qual há uma priorização da segurança, defesa nacional e superação de conflitos internos, reforçando o papel do MPLA como força dominante; a segunda é Cooperação Leste-Oeste esta que é Marcada por pragmatismo econômico e comercialização de recursos estratégicos (petróleo, diamantes), ainda que com menor prioridade; e a terceira é o Multilateralismo seletivo na qual há uma participação em fóruns regionais e internacionais com foco na denúncia do apartheid e apoio à

¹⁵ Em consonância com a autora, os princípios que orientaram essa política externa foram baseados na “solidariedade entre os movimentos de libertação, autodeterminação dos povos, não ingerência nos assuntos internos de outros Estados e defesa da soberania nacional” (Cruzichi, 2021, p. 46).

Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) e ao Congresso Nacional Africano (CNA).

Por outro lado, Mendes e Tian, (2020), destacam que o desenvolvimento econômico é outro pilar essencial da diplomacia angolana. A exploração de recursos naturais, especialmente o petróleo, possibilitou a Angola estabelecer parcerias estratégicas, como a cooperação com a China, que financiou importantes projetos de infraestrutura e energia. Outrossim, Sliva (2015) aponta a integração regional como um objetivo também prioritário da política externa angolana. O país tem desempenhado papel ativo na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), utilizando essas plataformas para ampliar sua influência e contribuir para a estabilidade regional.

Assim sendo, política externa angolana pós-independência é marcada por uma abordagem estratégica que busca equilibrar a preservação da soberania nacional, o fomento ao desenvolvimento econômico e a expansão da presença regional. Com o tempo, a diplomacia angolana tem priorizado a diversificação de parceiros estratégicos e a participação ativa em organismos multilaterais. Isso visa garantir estabilidade política e crescimento econômico sustentável, permitindo que Angola se posicione de forma mais assertiva no cenário internacional.

3.3 O PAPEL DOS RECURSOS NATURAIS NA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA

Abordar sobre o papel dos recursos naturais na política externa angolana é necessário, especialmente quando se trata do petróleo. Nesse sentido, a abundância desses recursos tem influenciado diretamente as estratégias diplomáticas do país, moldando suas relações internacionais e sua inserção no mercado global. De acordo com Oliveira *et al.* (2012), a exploração petrolífera permitiu que Angola fortalecesse sua capacidade de negociar e estabelecer parcerias estratégicas, consolidando sua posição como um dos principais produtores de petróleo da África. Nesse sentido, Manuel Ennes Ferreira (2005) argumenta que a política externa angolana, mesmo durante o período socialista, foi marcada por um realismo pragmático que utilizou de maneira estratégica os recursos naturais, em especial o petróleo como ferramenta de projeção internacional. Segundo o autor: “A política externa angolana, nas suas dimensões económica e político-diplomática, foi e tem sido relativamente bem-sucedida, apresentando mais êxitos do que reveses” (Ferreira, 2005, p. 73).

Essa postura pragmática revela que, apesar da retórica ideológica, Angola adotou uma lógica de *realpolitik*, operando com racionalidade para obter benefícios diplomáticos e econômicos. Ferreira (2005, p. 86) ainda ressalta que “o realismo pragmático do período socialista traduziu-se numa ‘eficiência limitada’ na utilização dos recursos naturais na sua política externa”, mas foi suficiente para alcançar ganhos estratégicos junto à comunidade internacional.

Por outro lado, Oliveira *et al.* (2012) destaca que a “diplomacia do petróleo” tem sido uma ferramenta fundamental para o governo angolano, possibilitando a articulação de seus interesses energéticos e a consolidação de sua influência no mercado internacional por meio de acordos e investimentos estratégicos. Além disso, a exportação de petróleo tem sido um dos principais vetores de crescimento econômico de Angola, posicionando o país como um ator relevante no setor energético global. Como afirma Lucas (2017), a dependência econômica do petróleo tornou o setor petrolífero essencial para o financiamento do desenvolvimento nacional.

Para entender melhor o peso que o petróleo tem na economia de Angola e, conseqüentemente, na formulação de sua política externa, é essencial observar como esse setor se compara a outros segmentos econômicos relevantes do país. Embora os recursos naturais, em geral, contribuam para a projeção internacional de Angola, é o petróleo que sustenta, de forma mais direta, a capacidade de negociação do Estado, o financiamento das suas políticas públicas e a orientação da sua estratégia diplomática. Assim, a comparação entre o setor petrolífero, a indústria de diamantes e atividades como agricultura e pesca permite evidenciar a centralidade do petróleo no desempenho econômico nacional e o modo como ele condiciona muitas das decisões diplomáticas tomadas pelo país.

Tabela 1 - Comparação entre três setores econômicos de Angola (2008–2025)

SETORES	INDICADORES
Petróleo	Pico de produção: ~2 milhões bpd (2008); Produção média: 1,03 milhões bpd (2025); 28,9% do PIB (2025); 95% das exportações (2025); e Estratégia de novas refinarias (Cabinda, Soyo, Lobito)
Diamantes/Mineração	4º produtor mundial de diamantes; Produção: 12 milhões quilates (2008), com meta de 15 milhões; 2º produto mais importante nas exportações
Agricultura/Pesca	Participação no PIB: 14,9% (2023), Cultivos: mandioca, milho, café, algodão; Pesca: Angola tem uma linha costeira de 1.650 Km com uma plataforma continental de 50.000 Km² e uma zona exclusiva de 330.000 Km²; Actualmente, a produção regista um forte crescimento, também pelos recentes acordos concluídos com o Marrocos e China para a transformação do pescado.

Fonte: elaboração própria, adaptado de ANGOLA. Embaixada de Angola na Áustria, Croácia, Eslovénia e Eslováquia. Principais Sectores da Economia. Representação Permanente junto das Organizações Internacionais em Viena, 2014; GRUPO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (AfDB). Ficha informativa sobre Angola 2025: principais desenvolvimentos económicos. 2025; ANGOLA BROADCASTING NEWS. Dados económicos. 2025; ANGOLA. Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás. Plano de Desenvolvimento do Sector de Petróleo e Gás 2023-2027. Luanda, 2023

Os dados mostram que, mesmo com esforços para diversificar a economia e fortalecer setores como diamantes, agricultura e pesca, o petróleo continua sendo o principal pilar econômico de Angola. Sua presença marcante nas exportações e na composição do PIB revela que as decisões de política externa ainda estão bastante influenciadas pela dinâmica do setor petrolífero. Essa dependência explica, em parte, a importância de Angola em negociações relacionadas à energia, acordos de investimento e parcerias estratégicas bilaterais, como as que mantém com a China. Por outro lado, essa forte concentração no petróleo traz desafios importantes, especialmente no que diz respeito à vulnerabilidade externa. É fundamental que o país consiga equilibrar interesses econômicos de curto prazo com estratégias de longo prazo, buscando um desenvolvimento mais sustentável e ampliando sua autonomia diplomática.

Os dados apresentados por Mendes e Tian (2020), segundo os quais o setor petrolífero corresponde a cerca de 90% das exportações angolanas e 75% das receitas fiscais, reforçam e contextualizam os números evidenciados na tabela anterior. A comparação evidencia que, embora existam outros setores relevantes, nenhum deles se aproxima do peso que o petróleo exerce sobre a economia nacional. Outrossim, a análise de Mendes e Tian (2020) sobre a parceria com a China ilustra como essa predominância econômica se projeta nas relações internacionais, uma vez que grande parte dos financiamentos chineses está vinculada ao acesso

às reservas petrolíferas angolanas. Essa dinâmica fortalece a cooperação entre os dois países, mas também limita as opções de diversificação económica de Angola.

Além do mais, a presença de Angola na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) demonstra como os recursos naturais influenciam sua política multilateral. Schütz (2022) argumenta que Angola utiliza o petróleo como uma ferramenta para expandir sua influência internacional, alinhando interesses domésticos e diplomáticos. Em resumo, a política externa angolana continua a ser fortemente influenciada por seus recursos naturais, que desempenham um papel determinante em suas estratégias de desenvolvimento e inserção internacional.

3.4 RELAÇÕES ESTRATÉGICAS E O MULTILATERALISMO

Ora, as relações estratégicas e o multilateralismo são fundamentais para a política externa angolana, permitindo ao país diversificar suas alianças e fortalecer sua influência regional e global. Nesse sentido, a busca por parcerias bilaterais e a participação ativa em organizações internacionais constituem estratégias adotadas pelo governo angolano para consolidar sua posição no cenário mundial.

Um exemplo expressivo dessa vertente bilateral é a cooperação entre Angola e a China. Segundo Oliveira *et al.* (2012), tal cooperação se baseia na troca de investimentos chineses por recursos naturais angolanos, gerando benefícios mútuos. Além disso, Mendes e Tian (2020) destacam que a China investiu cerca de US\$20 bilhões em infraestrutura e exploração de recursos naturais em Angola em 2020, o que reforça a solidez dessa relação estratégica.

Ao mesmo tempo, Angola procura equilibrar essa aproximação bilateral com uma atuação ativa em organismos regionais, como a SADC e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). De acordo com Silva (2015), a integração nesses blocos amplia a influência política angolana e contribui para a estabilidade económica regional. A participação nesses espaços fortalece sua capacidade de negociação e cooperação com outros países africanos, promovendo o desenvolvimento compartilhado e a resolução de desafios comuns.

Em ato contínuo, no âmbito multilateral, além da integração africana, Angola também tem buscado fortalecer sua presença em organismos que refletem sua identidade histórica e cultural. Nesse sentido, destacam-se a participação na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹⁶. A atuação

¹⁶ A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 1996, incluindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Sua origem, contudo, remonta a década de

nesses fóruns amplia não apenas sua projeção internacional, mas também reforça laços específicos, como a proximidade cultural e linguística com o Brasil. Segundo Correia (2018), essa afinidade, somada à cooperação conjunta na CPLP e na ZOPACAS, fortalece os vínculos diplomáticos entre os dois países e abre espaço para iniciativas conjuntas em fóruns multilaterais, como a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).

De acordo com o artigo do portal GOV.BR do Ministério da Defesa (2025), a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi criada em 1986 com o objetivo de promover a cooperação regional e a manutenção da paz e da segurança no Atlântico Sul. Angola tem participado ativamente desse fórum, que busca promover o desenvolvimento econômico e social, a proteção do meio ambiente e a segurança marítima na região. Segundo o mesmo, em 2007, Angola sediou a VI Reunião Ministerial da ZOPACAS, que contou com a presença de representantes dos 24 Estados-membros.

Outrossim, Angola tem uma participação expressiva na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), refletindo a importância dada à multilateralidade na política externa angolana. Conforme destaca Vasco (2020) *apud* Schütz (2022), o país assumiu em 2021 a Presidência da Comunidade, atuando de maneira relevante na promoção da cooperação entre os membros e ressaltando a importância dos laços culturais, políticos e econômicos.

Ora, na 28ª Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa¹⁷ (CPLP), realizada em 25 de agosto de 2023, em São Tomé, o Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República de Angola, Adão de Almeida, expressou a posição de Angola sobre a estratégia de crescimento sustentável da CPLP. Essa reunião foi presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de São Tomé e Príncipe, Gareth Guadalupe. Durante a reunião, foram discutidas questões importantes para a organização, incluindo o reforço da estrutura e funcionamento das reuniões ministeriais setoriais da CPLP. Vale ressaltar que Angola tem trabalhado em estreita colaboração com a CPLP para promover a cooperação regional e o desenvolvimento sustentável.

Além disso, a participação ativa de Angola nesses organismos reflete sua estratégia de projeção internacional e sua busca por maior influência no cenário global. Isso é evidenciado

1980, quando acontece o primeiro encontro entre os Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, na qual se reforça a defesa da necessidade de criar um âmbito de cooperação permanente entre os Estados, o que já vinha sendo defendido, e se cria o Instituto Internacional da Língua Portuguesa. (Schütz, 2022, p. 2)

¹⁷ ALMEIDA, Adão de. Discurso na XXVIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP. São Tomé, 25 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mawwg0OIsUs>. Acesso em: 16 abr. 2025.

pelas palavras de Schütz (2022), que argumenta que estas plataformas permitem que Angola expanda sua projeção internacional e se posicione como um líder regional. Enquanto que Lucas (2017) complementa que o multilateralismo tem sido utilizado pelo país como um mecanismo para garantir estabilidade política e acesso a novos mercados, equilibrando interesses econômicos e estratégicos. Ademais, a cooperação técnica brasileira também desempenha um papel fundamental nesse contexto. Correia (2018) destaca que essa cooperação pode ser um fator relevante na aproximação diplomática, reforçando o alinhamento de interesses entre os dois países nesses espaços multilaterais.

Em resumo, a política externa angolana tem se destacado pela busca de relações estratégicas e pela participação ativa em organismos multilaterais. A cooperação com a China, a integração regional na SADC e CEEAC, e a atuação em fóruns como a ZOPACAS e a CPLP demonstram a diversidade de parcerias e a estratégia de projeção internacional do país. Essas ações refletem a importância dada à multilateralidade e à cooperação regional para promover o desenvolvimento sustentável e a estabilidade política. Ao fortalecer sua presença em diferentes plataformas, Angola busca consolidar sua posição no cenário global e ampliar sua influência regional, equilibrando interesses econômicos e estratégicos.

No próximo capítulo, vamos explorar a relação entre Angola e a China, analisando os impactos da parceria sino-angolana no cenário global. A cooperação entre os dois países tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico de Angola, mas também levanta desafios e oportunidades para o futuro. Vamos discutir sobre as consequências econômicas e geopolíticas da parceria para Angola, a presença da China em África e sua relevância para Angola, os desafios e oportunidades para Angola na cooperação energética com a China e o futuro da relação sino-angolana no contexto da transição energética global.

4 IMPACTOS DA RELAÇÃO SINO-ANGOLANA NO CENÁRIO GLOBAL

Pensemos no seguinte cenário: um país com muitos recursos naturais (petróleo, diamante, cobre, ferro, diamante e urânio) que, depois de passar por anos de conflitos e esforços para se reconstruir, começa a chamar a atenção de uma potência emergente do Oriente. É nesse contexto que se enquadra a relação entre a República de Angola e a República Popular da China. Essa parceria, ao longo das últimas décadas, foi além da simples cooperação entre os dois países e começou a ter um impacto significativo no cenário internacional.

Neste capítulo, analisaremos os impactos da relação estratégica entre Angola e China, destacando como os acordos e investimentos sino-angolanos têm contribuído para o desenvolvimento do país e para sua inserção no cenário internacional. O objetivo é compreender Angola não apenas como receptora de investimentos, mas como um ator que busca projetar-se globalmente a partir dessa parceria.

4.1 A ASCENSÃO DA CHINA COMO CONSUMIDORA DE PETRÓLEO E SUA PRESENÇA NO CONTINENTE AFRICANO

A ascensão da China como consumidora de petróleo tem sido um fenômeno notável nas últimas décadas. Segundo Pautasso (2009, p. 23), “a economia chinesa está aprofundando a demanda internacional por commodities agrícolas, minerais e energéticas”. Esse crescimento econômico tem impulsionado a urbanização e o aumento da renda per capita, levando a uma maior demanda por energia.

A China tem se tornado cada vez mais dependente do petróleo importado para atender às suas necessidades energéticas. Em 2006, já produzia 3,687 e importava 3,761 milhões de barris diários (mb/d), alcançando uma dependência externa superior a 50% da demanda doméstica (Pautasso, 2009). Essa tendência não apenas se manteve, como se intensificou: em 2023, as importações atingiram 11,28 milhões de barris por dia, consolidando a China como o maior importador líquido de petróleo do mundo desde 2013 (Fonseca *et al*, 2025). Apesar dos esforços recentes para ampliar reservas estratégicas e investir em energias renováveis, o país continua altamente dependente do petróleo, o que explica sua busca por fontes seguras no continente africano.

A presença da China no continente africano tem sido marcada por investimentos em infraestrutura, agricultura e energia. Pautasso (2009, p. 25) destaca que “as importações chinesas de petróleo têm como contrapartida ao país africano a realização de grandes aportes

financeiros em infraestrutura; a não-imposição de padrões institucionais e de desenvolvimento; e a aceitação, pelo governo chinês, de déficits comerciais”. Isso demonstra a estratégia chinesa de ampliar sua participação no comércio e nos investimentos internacionais, especialmente na periferia.

You Ke (2016) afirma que a China faz uso da “diplomacia da infraestrutura” como um mecanismo híbrido de *hard* e *soft power*¹⁸ especialmente eficaz em contextos com instituições frágeis. Esse modelo se torna ainda mais relevante no contexto da transição energética, no qual a liderança tecnológica e ambiental se transforma em ativo político. O país busca, assim, posicionar-se como referência global em energias limpas, ao mesmo tempo que amplia sua influência geoeconômica.

Menezes (2013) salienta que essa aproximação entre China e África é fruto de um processo diplomático consistente, que remonta às últimas décadas do século XX. A criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em 2000, e a realização de cúpulas ministeriais anteriores à Conferência de Pequim de 2006, revelam uma agenda bem estruturada e persistente.

Além disso, as visitas de alto nível e acordos bilaterais multiplicaram-se, sinalizando uma intenção clara de moldar alianças estratégicas no continente africano. Oliveira *et.al* (2012), destaca que:

No início o relacionamento se baseava em questões de defesa e de segurança, já que Angola ainda vivia em guerra civil. Com o final dos conflitos, em 2002, a relação sino-angolana deu um enorme salto, em especial na área econômica. A partir daí, houve aumento significativo das relações bilaterais em todas as áreas e visitas de oficiais do governo são frequentemente feitas pelos dois lados[...]. (Oliveira *et.al*, 2012)

Neste prisma, a aproximação entre China e África é resultado de um processo diplomático consistente que começou décadas atrás. Com a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) em 2000, essa parceria se fortaleceu, especialmente após o fim da guerra civil em Angola em 2002. Desde então, as relações bilaterais aumentaram em todas as áreas, com visitas frequentes de oficiais dos governos. Essa cooperação tem sido fundamental para o desenvolvimento de Angola, apesar da dependência e para a expansão da influência chinesa no continente africano.

¹⁸ Joseph Nye (2017, p. 1) define o *soft power* como a capacidade de influenciar por meio da atração e persuasão, ao passo que o *hard power* se baseia na coerção e no poder econômico e militar.

No cenário global contemporâneo, a integração regional africana é um desafio complexo que exige cooperação entre os países africanos para alcançar o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a presença da China no continente africano tem sido objeto de grande interesse e debate nos últimos anos, especialmente após a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC)¹⁹ em 2000, como destaca Lopes *et al.* (2013), Pautasso (2016), Menezes (2013) e Ribeiro (2013). Esses autores ressaltam a importância da cooperação sino-africana para o desenvolvimento regional, mas também apontam para os desafios e riscos envolvidos nessa parceria.

Amanda Avelar (2014) acrescenta que, desde os anos 1980, a China vem estreitando laços comerciais com os países africanos, motivada pela busca por recursos naturais para sustentar sua industrialização acelerada. Essa estratégia é operacionalizada por meio de investimentos diretos, cooperação técnica e iniciativas de desenvolvimento. Conforme Esteves *et al.* (2011), a ajuda oficial ao desenvolvimento chinesa (AOD) se manifesta por meio de doações, empréstimos e transferência de conhecimento, configurando uma abordagem distinta da tradicional ajuda ocidental.

Um marco importante dessa expansão foi o lançamento da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative – BRI*), em 2013, por Xi Jinping, este que é um conjunto de programas de investimentos chineses inicialmente focados em infraestrutura. De acordo com Wong (2023), trata-se de uma das maiores tentativas da China de se conectar com o mundo exterior. Mendonça *et al.* (2021) reforça que “a abrangência da Nova Rota da Seda estende-se atualmente de leste a oeste, do Pacífico à Europa, com conexões com as regiões oriental e central da Ásia, expandindo-se para Rússia, Europa Central e Oriental e África, atingindo também a Europa Ocidental e até mesmo a América Latina”.

No continente africano, essa iniciativa tem se manifestado de forma concreta por meio da construção de projetos de infraestrutura, como ferrovias, portos e rodovias, que visam melhorar a conectividade regional e facilitar o comércio. Um exemplo notável disso é a ferrovia que liga a Etiópia e Djibuti, um importante corredor de transporte regional. De acordo com Xinhua (2022), essa ferrovia eletrificada é a primeira ferrovia transfronteiriça do continente africano, contratada pela China Rail Engineering Corporation (CREC) e pela China Civil

¹⁹ A criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em 2000, marcou o início do processo de revitalização e fortalecimento da relação sino-africana. A primeira reunião pautou-se nos esforços para a formação de um novo tipo e nível de parceria, caracterizando o FOCAC como a principal plataforma ao diálogo e coordenação China-África. Os discursos e documentos oficiais destacam que esse estreitamento de relações representou a base para o desenvolvimento de uma renovada aliança estratégica Sul-Sul, fundamentada na igualdade política, a confiança recíproca, na cooperação econômica win-win e no intercâmbio cultural. (Lopes *et al.*, 2013)

Engineering Construction Corporation (CCECC). Além disso, com investimentos estimados em US\$ 1 trilhão, a Nova Rota da Seda tem se concentrado em projetos de transporte e usinas energéticas, permitindo que a China se torne um ator relevante na África, como destaca Wong (2023).

Em Angola, a China tem desempenhado um papel importante na construção de infraestrutura, como ferrovias, estradas e barragens. Esses investimentos têm contribuído para o desenvolvimento do país, mas também levantam preocupações sobre a dependência econômica e a perda de autonomia política. Segundo Pautasso (2016), a cooperação com a China pode trazer benefícios, mas também apresenta riscos, como o endividamento externo. O caso de Angola é um exemplo disso, com uma dívida²⁰ que ultrapassa os 65 bilhões de dólares, evidenciando os limites dessa cooperação.

A presença chinesa também se faz sentir no setor comercial e nas relações diplomáticas. A agência Xinhua (2018) reportou que as relações diplomáticas entre China e Angola evoluíram significativamente, com acordos em diversas áreas, como agricultura, economia digital, economia azul e saúde. No setor educacional, a China oferece bolsas de estudo para estudantes africanos, como reportado pela TV BRICS (2024), com oportunidades para jovens sul-africanos em universidades chinesas. Segundo o BRICS Policy Center (2016), também foram oferecidos treinamentos para 200.000 pessoas e 40.000 oportunidades de formação na China.

No campo cultural, destaca-se a atuação do Instituto Confúcio, que tem promovido o ensino da língua mandarim e da cultura chinesa entre os jovens angolanos, segundo o jornalista Caculo (2023) aborda. Além disso, a China tem oferecido bolsas de estudo a estudantes africanos, como destacou o portal TV BRICS (2024) ao relatar a concessão de bolsas a cerca de 100 jovens sul-africanos para estudar em universidades chinesas.

²⁰ [...] Angola tem neste momento uma dívida externa de 65 mil milhões de dólares que está a ser reduzida “de forma bastante agressiva” depois ter chegado a mais de 80 mil milhões de dólares. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/angola-d%C3%ADvida-externa-de-60-000-milh%C3%B5es-de-d%C3%B3lares-%C3%A9-sustent%C3%A1vel-diz-vera-daves/7839064.html>. Acesso em: 16 abr. 2025.

4.2 A PARCERIA SINO-ANGOLANA: CONTEXTO E EVOLUÇÃO

A relação entre a China e Angola começou a se desenvolver nos anos 1960, quando a China apoiou os movimentos de libertação²¹ angolanos em sua luta pela independência²², essa conquistada em janeiro de 1975, segundo Campos e Vines (2008), inicialmente, a China forneceu assistência política e militar ao MPLA, mas logo passou a apoiar também a FNLA e a UNITA, após a Organização da Unidade Africana reconhecer esses dois últimos como movimentos legítimos de libertação. E essa mudança estratégica foi influenciada pela política da Guerra Fria, com a China buscando contrabalançar a influência soviética na região.

Além disso, os autores destacam que o apoio chinês incluiu treinamento militar e fornecimento de armamento, como evidenciado pelas visitas de líderes da FNLA e UNITA à China, incluindo os encontros de Holden Roberto com o ministro Chen Yi em 1963 e de Jonas Savimbi com o presidente Mao Zedong em 1964. Assim sendo, esse período marcou o início de uma relação complexa que se aprofundou ao longo dos anos, especialmente após o fim da guerra civil em 2002, quando a China se tornou um parceiro econômico crucial para Angola. De acordo com os autores:

O envolvimento da China em Angola remonta aos primeiros anos da luta anticolonial, por meio de seu apoio aos três principais movimentos de libertação do país: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA). Naquela época, a Revolução Cultural estava em curso na China, e as relações eram definidas pela política da Guerra Fria. No início da década de 1960, o MPLA contou com assistência política e militar da China, porém, após o reconhecimento da FNLA e da UNITA como movimentos legítimos de libertação pela então Organização da Unidade Africana, esse apoio cessou, e a China passou a demonstrar interesse especial pelos dois movimentos rivais. Em 1963, Holden Roberto, da FNLA, encontrou-se com o ministro das Relações Exteriores Chen Yi em Nairóbi, e relatos indicam que a China concordou em fornecer a maior parte do armamento para o grupo. Da mesma forma, em 1964, Jonas Savimbi, da UNITA, encontrou-se com o presidente Mao Zedong e com o primeiro-ministro Zhou En-lai

²¹ Em Angola, o principal interveniente militar foi o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), surgido em 1956, apoiado pelos ambundos, várias outras etnias da região de Luanda, Bengo, Cuanza Norte e Sul e Malange, brancos, mestiços, intelectuais angolanos e membros da elite urbana.^[91] O MPLA era uma organização da esquerda política, resultado da fusão do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) e do Partido Comunista Angolano (PCA). Foi liderado por Agostinho Neto, secretariado por Viriato da Cruz e apoiado, exteriormente, principalmente pela União Soviética, por Cuba e pelo Congo-Brazavile; ainda tentou apoio junto dos Estados Unidos, mas sem sucesso visto este já estarem a ajudar a UPA/FNLA. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Independ%C3%Aancia_de_Angola#Movimento_Popular_de_Liberta%C3%A7%C3%A3o_de_Angola_\(MPLA\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Independ%C3%Aancia_de_Angola#Movimento_Popular_de_Liberta%C3%A7%C3%A3o_de_Angola_(MPLA)). Acesso em: 14 abr. 2025.

²² A Independência de Angola foi acelerada, em grande parte, em função dos eventos militares e políticos que ocorreram um ano antes em Portugal, aquando da Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde 1933, e que iniciou um processo que viria a terminar com a implantação de um regime democrático constitucional, com abertura política ampla na então metrópole e nas então colônias. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Independ%C3%Aancia_de_Angola. Acesso em: 14 abr. 2025.

na China, onde recebeu treinamento militar e tornou-se discípulo do maoísmo. (Campos; Vines, 2008, p. 2, tradução nossa)

A relação da China com os movimentos de libertação angolanos foi marcada por uma estratégia complexa e mutável, influenciada pela política da Guerra Fria. Segundo Campos e Vines (2008), após o fim da Revolução Cultural, a China ofereceu treinamento militar ao MPLA, mas devido às divisões internas do movimento e ao forte apoio da URSS, essa ajuda foi breve. A China então voltou a apoiar a FNLA e, em menor escala, a UNITA, numa tentativa de contrabalançar a influência soviética. Em 1974, a FNLA recebeu um carregamento significativo de armas chinesas e contou com a assistência de instrutores militares no Zaire. No entanto, essa estratégia falhou quando o MPLA, apoiado pela União Soviética, assumiu o poder em novembro de 1975, declarando a independência de Angola. Esse episódio ilustra a complexidade das relações sino-angolanas durante o período da Guerra Fria, marcado por alianças estratégicas e mudanças de apoio.

Embora atualmente as relações sino-angolanas estejam mais intensificadas, historicamente, a China e Angola têm laços antigos que remontam à dinastia Ming, com as expedições do almirante Zheng He à Costa Oriental Africana segundo Flor (2023). Além disso, Flor o mesmo ressalta que foi após a guerra civil em Angola, em 2002, que as relações entre os dois países se aprofundaram significativamente.

Ademais, ele menciona que a China se tornou o único país a conceder empréstimos a Angola, que havia sido negado por outras organizações financeiras internacionais devido à falta de transparência e boa governança. Desde então, a China tem investido pesadamente em infraestrutura em Angola, incluindo projetos habitacionais, portos, caminhos de ferro e aeroportos. Em troca, Angola fornece petróleo bruto à China, tornando-se um dos maiores eixos de segurança energética para os chineses na África Subsaariana.

Ainda que a China tenha apoiado a luta pela libertação, sua postura durante a guerra civil foi marcada por reconfigurações estratégicas. Segundo Visentini (2012), durante a guerra civil, a China apoiou a FNLA e a UNITA, em parte devido às suas boas relações com o presidente Mobutu, mas após a vitória do MPLA, a China criticou a influência soviética e cubana e buscou normalizar relações com Angola, o que foi alcançado em 1983, graças à diminuição das críticas chinesas à influência soviética na África e à política externa angolana não alinhada. Podemos observar a partir desse contexto que as relações entre ambos os países sempre foi a base de trocas de interesses estratégicos e econômicos, marcados por períodos de aproximação e distanciamento, influenciados pelas dinâmicas da Guerra Fria e pelas necessidades específicas de cada país em diferentes momentos históricos.

Após o término da guerra civil em 2002, a relação entre Angola e China passou por uma profunda reconfiguração, deixando de se centrar na defesa e segurança para se concentrar na cooperação econômica. Como destaca Campos e Vines (2008), um marco dessa nova fase ocorreu em 2 de março de 2004, quando o Banco de Exportação e Importação da China (Eximbank) concedeu um empréstimo de 2 bilhões de dólares garantido por petróleo, com o objetivo de financiar a reconstrução da infraestrutura angolana. Essa parceria estratégica consolidou-se por meio de visitas frequentes de autoridades estatais e de investimentos em diversas áreas.

De acordo com Visentini (2012), o fim do conflito evidenciou a necessidade de reconstrução nacional, impulsionando a diplomacia angolana a buscar sua reinserção regional e ampliar seus aliados internacionais, sendo a China o principal parceiro estratégico nesse processo. No entanto, esse modelo de cooperação também levanta questões sobre a dependência econômica e a autonomia política de Angola, especialmente diante da ausência de contrapartidas em termos de transferência de tecnologia ou capacitação local.

Por outro lado, os investimentos chineses no setor petrolífero angolano têm sido significativos, consolidando a China como um parceiro estratégico importante para Angola. De acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG, 2024), em março de 2024, o Presidente angolano, João Manuel Gonçalves Lourenço, convidou empresários chineses a investir no setor petrolífero angolano durante o Fórum de Negócios Angola-China para o Petróleo e Gás, realizado em Pequim. Esse evento reuniu mais de 800 empresários e atores comerciais chineses e angolanos, demonstrando o interesse mútuo em fortalecer as relações econômicas entre os dois países.

Segundo a ANPG (2024) durante o fórum, o atual Presidente da República de Angola João Manuel Gonçalves Lourenço destacou a importância do encontro para aprofundar e consolidar os laços de amizade e cooperação entre Angola e China. Ele expressou interesse em ver empresários chineses como acionistas na Refinaria do Lobito, em fase de construção, bem como na aquisição de interesses participativos em blocos petrolíferos.

A partir disso, podemos observar que a relação entre a China e Angola é mais do que apenas uma parceria comercial; é uma conexão que vai além da extração de petróleo. Após anos de conflito, Angola busca reconstruir sua infraestrutura e melhorar a vida de seus cidadãos, e é nesse contexto que a China se insere.

A China tem ajudado com empresas estatais chinesas trabalhando em projetos de infraestrutura social, como escolas, hospitais e sistemas de transporte. O Eximbank chinês e o Ministério das Finanças da China fornecem financiamento e apoio técnico para esses projetos,

demonstrando um compromisso genuíno com o desenvolvimento sustentável de Angola. Essa parceria não apenas garante o fornecimento de petróleo, mas também melhora a qualidade de vida dos angolanos, criando oportunidades para o crescimento econômico e social. De acordo com Oliveira *et al.* (2012):

O petróleo é um item decisivo, mas as relações da China com Angola vão além da garantia de fornecimento, por contratos comerciais e por construção da infraestrutura para a extração e a exportação do óleo. As empresas estatais chinesas presentes no país estão envolvidas em muitos e variados projetos de infraestrutura social e de construção de equipamentos públicos de educação, saúde e transportes. O financiamento desses projetos está a cargo do Eximbank chinês e o Ministério das Finanças da China, com instrumentos próprios para a seleção e o acompanhamento dos projetos. (Oliveira *et al.*, 2012, p. 70)

A parceria entre Angola e China é um exemplo notável de cooperação internacional que vai além da extração de recursos naturais. É incrível ver como as empresas estatais chinesas estão trabalhando em projetos de infraestrutura em Angola, como escolas, hospitais e sistemas de transporte, criando oportunidades para o crescimento econômico e social.

Segundo a OPEC (2012 *apud* Oliveira *et al.*, 2012), a economia de Angola tem uma forte ligação com a produção de bens primários, especialmente o petróleo, que representa cerca de 95% das exportações do país. Imaginemos uma economia que depende quase exclusivamente de um único produto, é o caso de Angola. Embora o petróleo tenha trazido riqueza e oportunidades, também traz desafios, como a vulnerabilidade às flutuações do mercado global.

O investimento chinês em Angola mostra claramente essa expansão forte e diversificada, colocando o país como o segundo maior destino de investimentos estrangeiros da China na última década, com um fluxo de cerca de 12 bilhões de dólares. De acordo com Angola Oil & Gas (2024), esses investimentos abrangem setores estratégicos, como petróleo e gás, infraestrutura, mineração e telecomunicações. No setor de energia, a China importou aproximadamente 572 mil barris de petróleo angolano por dia entre janeiro e fevereiro de 2024, um aumento de 7,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Além disso, empresas como a CNOOC estão avaliando novas oportunidades de exploração, incluindo o Bloco 24. Na área de infraestrutura, empresas chinesas contribuíram para a reabilitação de 2.800 km de ferrovias, 20 mil km de estradas, além de mais de 100 mil moradias e 50 hospitais. Também há um contrato de 2,5 bilhões de dólares para a construção da primeira autoestrada nacional do país. A China também está envolvida em grandes projetos de energia, como a Refinaria do Lobito e a usina hidrelétrica de Caculo Cabaça. No setor de mineração, empresas chinesas estão

ampliando a exploração de diamantes, cobre, ouro e lítio, com projetos como o Lítio do Namibe e o Mavoio-Tetelo. No campo das telecomunicações, parcerias com empresas como a Huawei têm como objetivo modernizar a infraestrutura tecnológica de Angola. Por isso, a Angola Oil & Gas 2024 se torna um espaço importante para fortalecer e ampliar a cooperação econômica entre os dois países (Angola Oil & Gas, 2024).

Dessa forma, a parceria entre China e Angola, embora traga benefícios em vários aspectos, faz parte de um contexto mais amplo de disputas geopolíticas por influência e recursos estratégicos no continente africano. Por isso, entender como ela evoluiu exige refletir tanto sobre os legados históricos da Guerra Fria quanto sobre as dinâmicas atuais da economia globalizada, na qual a China tem se destacado como um ator central na transformação das relações Sul-Sul.

4.3 IMPACTOS DA PARCERIA SINO-ANGOLANA

A crescente presença da China na África, especialmente em Angola, reflete tanto suas necessidades energéticas quanto sua estratégia de consolidação como potência global. Conforme destacado por Avelar (2014), a China tem buscado firmar parcerias estratégicas com países em desenvolvimento, incluindo Angola, com o objetivo de garantir o suprimento contínuo de recursos naturais como petróleo, minérios e produtos agrícolas. Carmo (2013) reforça essa perspectiva ao afirmar que: “A motivação que leva a China a estreitar laços com Angola é, acima de tudo, relacionada com a falta de recursos petrolíferos de que sofre; no entanto, a urgência de se assumir como ator de influência no plano internacional é também vista como uma motivação estratégica dessa aproximação” (Carmo, 2013, p. 39).

A cooperação entre Angola e China consolidou-se por meio de um modelo conhecido como “recursos por infraestrutura”. Nesse arranjo, o fornecimento de petróleo angolano funciona como contrapartida para os investimentos chineses em obras de reconstrução e desenvolvimento. Conforme observa Avelar (2014), trata-se de uma dinâmica que atende aos interesses de ambos os lados: a China garante o suprimento energético necessário ao seu crescimento acelerado, enquanto Angola obtém financiamento e projetos estruturais fundamentais para sua recuperação nacional.

Os efeitos da parceria sino-angolana sobre a economia do país são significativos. De um lado, os investimentos chineses impulsionaram o crescimento econômico, ampliaram a capacidade produtiva e contribuíram para a geração de empregos. De outro lado, Avelar (2014) alerta que a forte dependência das exportações de petróleo e outros recursos naturais expõe

Angola às oscilações dos preços internacionais das commodities. Além disso, esse modelo de cooperação suscita debates sobre a autonomia política e a sustentabilidade econômica, uma vez que não prevê contrapartidas robustas em termos de transferência tecnológica ou capacitação da mão de obra local.

Além das dimensões econômicas, a parceria sino-angolana possui implicações geopolíticas. A crescente influência da China em Angola pode afetar a posição do país no cenário internacional e reconfigurar suas relações com outras potências e organizações regionais. Como observa Avelar (2014), essa aproximação influencia não apenas o posicionamento externo de Angola, mas também a lógica de inserção da China no continente africano.

Em resumo, a parceria sino-angolana é muito complexa, envolvendo investimentos, comércio e cooperação em infraestrutura. Seus impactos vão além da esfera econômica, afetando também a política externa e o papel de Angola no contexto geopolítico africano e global.

4.4 DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA ANGOLA NA COOPERAÇÃO ENERGÉTICA COM A CHINA

A cooperação energética entre Angola e a China tem crescido de forma notável, trazendo benefícios significativos para ambos os países. Conforme destaca Fernandes (2011), a China tem buscado garantir sua segurança energética e diversificar suas fontes de abastecimento, especialmente diante da instabilidade no Oriente Médio e da crescente dependência de importações. Nesse contexto, Angola surge como um parceiro estratégico importante, oferecendo oportunidades de cooperação em áreas como petróleo e gás.

Por um lado, essa parceria pode ser vista como mutuamente benéfica, uma vez que a China assegura seu abastecimento energético, enquanto Angola obtém investimentos e recursos para o seu desenvolvimento. Por outro lado, porém, emergem questões relevantes acerca da dependência econômica e da autonomia política angolana, que precisam ser examinadas com atenção. Além disso, é fundamental avaliar os impactos sociais e ambientais decorrentes dos projetos energéticos implementados.

De acordo com Mateso (2020, p. 1), “a transição energética é consensualmente definida como sendo a passagem de uma matriz energética focada nos combustíveis fósseis para uma com baixa ou zero emissões de carbono, baseada em fontes renováveis”. O autor ressalta que

tal processo envolve desafios e oportunidades, especialmente para países altamente dependentes dos combustíveis fósseis, como Angola.

No âmbito da cooperação sino-angolana, observam-se desafios significativos. O principal deles é a elevada dependência das receitas provenientes da exportação de petróleo. Como assinala Fernandes (2011), essa dependência torna a economia angolana extremamente vulnerável às oscilações do preço internacional do crude, comprometendo o planejamento fiscal e dificultando a busca por um desenvolvimento sustentável.

Outro desafio relevante é a assimetria nas relações bilaterais. Segundo Fernandes (2011), a China, como potência emergente com grande capacidade de negociação, tende a ditar os termos da cooperação, o que pode limitar a autonomia angolana na definição de prioridades e políticas públicas. Essa dinâmica afeta a capacidade de Angola de tomar decisões independentes e de desenvolver sua economia de forma sustentável.

A dependência econômica também constitui um obstáculo significativo. Conforme Alves (2007), o petróleo ocupa posição central na economia angolana, representando 55% do PIB, 90,3% das exportações, 78,6% das receitas fiscais e 80,1% das receitas totais. Essa estrutura faz com que Angola esteja sujeita às volatilidades do mercado petrolífero, embora o autor observe que a pouca elasticidade da demanda é um fator que permitia certo otimismo quanto ao futuro (Alves, 2007, p. 62).

Contudo, dados recentes mostram que os desafios permanecem. De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (2024), o petróleo ainda representa cerca de 28,9% do PIB e 95% das exportações do país, revelando uma elevada dependência da *commodity*. Tal estrutura provoca efeitos colaterais em outros setores não petrolíferos e gera instabilidade macroeconômica. Em 2023, por exemplo, o crescimento do PIB foi de apenas 0,9%, bem abaixo das projeções iniciais, impacto associado à queda na produção e nos preços do petróleo e à acentuada desvalorização cambial de 60%.

A elevada participação do petróleo na economia angolana evidencia uma concentração produtiva que pode ser analisada à luz da teoria da dependência. Segundo Cardoso e Faletto (1970), a dependência não se reduz a uma simples relação de subordinação externa, mas constitui um processo histórico e estrutural que marca a inserção de economias periféricas no sistema internacional. Nesse sentido, as desigualdades internas e externas acabam por ser reproduzidas ao longo do tempo.

Essa perspectiva teórica permite compreender como a dependência econômica se manifesta de forma multifacetada, afetando não apenas a economia, mas também a estrutura social e política do país. Ao considerar a experiência histórica e as condições estruturais

vigentes, torna-se possível compreender com maior clareza os desafios enfrentados por Angola para superar essa dependência e alcançar um desenvolvimento mais equitativo.

Pontes (2005), ao retomar Marx e Lênin, evidencia que o capitalismo global se expande para a periferia de maneira contraditória: ao mesmo tempo em que moderniza e integra, também produz novas formas de exploração e dependência. Marx observou que a expansão do capital gerava um proletariado moderno nas colônias, enquanto reforçava a concentração e a queda da taxa de lucro, conduzindo a crises periódicas. Lênin, por sua vez, interpretou o imperialismo como a fase superior do capitalismo, marcada pela exportação de capitais e pelo controle de matérias-primas nos países periféricos, elementos que intensificam as relações assimétricas entre Estados centrais e periféricos.

Aplicando essas reflexões ao caso angolano, percebe-se que a dependência do petróleo não é apenas econômica, mas também política e estratégica. A relação com a China, embora tenha possibilitado investimentos em infraestrutura e em reconstrução nacional, reproduz mecanismos típicos da dependência, nos quais os recursos naturais funcionam como moeda de troca, mantendo Angola em posição subordinada no sistema internacional.

A presença de mão de obra chinesa em larga escala também limita a criação de empregos para angolanos e dificulta a transferência de tecnologia. Nesse sentido, Alves (2007, p. 66) assinala que “o uso intensivo de mão-de-obra chinesa não só não chega a criar empregos para angolanos como não propicia transferência de know-how”. Tal modelo de cooperação levanta questões importantes sobre dependência econômica e autonomia política, sobretudo diante da ausência de contrapartidas tecnológicas ou de capacitação local.

Além disso, há impactos geopolíticos relevantes. A crescente influência chinesa pode gerar tensões com outras potências globais e regionais, influenciando diretamente a política externa angolana. Como afirma Alves (2007, p. 84), o crescimento da China tem efeitos expressivos na estrutura global e regional.

A China, atualmente uma das principais forças econômicas do mundo, tem contribuído de forma decisiva para a demanda global por commodities. Uma reportagem do site Poder 360 (2024) destaca que, em 2023, o país respondeu por cerca de 18% do PIB mundial, mantendo-se como a segunda maior economia do planeta. Nesse contexto, torna-se um parceiro estratégico para muitos países, incluindo Angola, que se beneficia de investimentos chineses em infraestrutura e recursos naturais, embora precise estar atento aos desafios advindos dessa relação.

De acordo com Mateso (2020), os desafios enfrentados por Angola na cooperação energética com a China podem ser divididos entre internos e externos. No âmbito interno,

destacam-se a fraca capacidade institucional e técnica para gerir projetos, a assimetria de informações, a gestão insustentável dos recursos e a limitada participação de empresas e trabalhadores locais. No plano externo, os desafios envolvem a crescente dependência da China, a rigidez do modelo “recursos por infraestrutura”, a vulnerabilidade às flutuações do petróleo e a pressão pela transição energética.

Apesar disso, a cooperação com a China oferece oportunidades importantes. Segundo Fernandes (2011), o financiamento chinês tem sido essencial para a execução de projetos de engenharia, construção de estradas, represas e infraestruturas energéticas, integrando a estratégia de reconstrução nacional no pós-guerra civil.

Assim, para que Angola maximize os benefícios e minimize os riscos dessa parceria, é necessário adotar estratégias de longo prazo orientadas para a sustentabilidade e para a autonomia econômica. Fernandes (2011) ressalta a importância do fortalecimento da capacidade institucional do Estado, com foco na transparência dos contratos e na diversificação das fontes de receita.

Mateso (2020) também identifica oportunidades relevantes na cooperação energética com a China. No plano interno, destaca a reabilitação e expansão da infraestrutura energética, a transferência de tecnologia e a capacitação de técnicos angolanos, além de possibilidades de estímulo à industrialização. No plano externo, o acesso a financiamento mais flexível e a garantia de mercado para o petróleo angolano podem ampliar a projeção do país na geopolítica energética africana.

Conforme Mateso (2020) e Santos *et al.* (2022), o futuro da relação sino-angolana dependerá da capacidade de ambos os países de se adaptarem às mudanças globais e de aproveitarem as oportunidades trazidas pela transição energética. A cooperação baseada em sustentabilidade e tecnologias renováveis pode fortalecer a parceria e contribuir para um desenvolvimento mais equilibrado.

Em síntese, a cooperação energética entre Angola e a China constitui uma relação complexa, permeada por desafios e oportunidades. Embora a parceria desempenhe papel fundamental no desenvolvimento de infraestrutura e na dinamização da economia angolana, é imprescindível reconhecer as vulnerabilidades inerentes à dependência do petróleo, à volatilidade do mercado e às limitações institucionais. Para maximizar benefícios e reduzir riscos, Angola precisa adotar estratégias de longo prazo centradas na diversificação econômica, no fortalecimento institucional e na ampliação da participação local em projetos de cooperação.

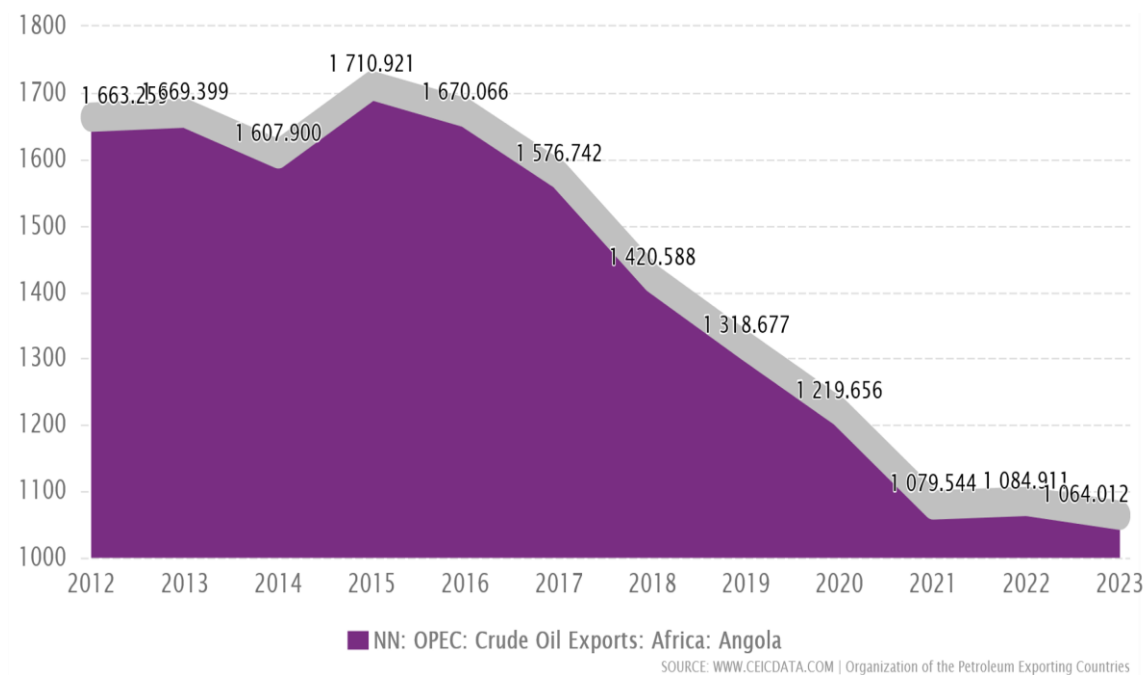
4.5 O FUTURO DA RELAÇÃO SINO-ANGOLANA NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA GLOBAL

A transição energética global, caracterizada pela diminuição do consumo de combustíveis fósseis e pelo incentivo ao uso de fontes renováveis, tem implicações diretas sobre as relações econômicas e políticas entre Angola e China. Com a crescente pressão internacional por sustentabilidade e a diminuição da demanda por combustíveis fósseis, Angola pode enfrentar desafios significativos em manter sua posição estratégica como fornecedora de recursos naturais para a China.

Como podemos ver no gráfico abaixo, as exportações de petróleo bruto de Angola tiveram uma queda bastante acentuada entre 2015 e 2023. O país atingiu seu pico em 2015, com cerca de 1.710 mil barris por dia, mas desde então os números vêm diminuindo de forma contínua. Em 2020, as exportações já tinham caído para aproximadamente 1.219 mil barris por dia, chegando a 1.064 mil barris por dia em 2023. Essa tendência de declínio mostra uma redução significativa na produção e/ou na demanda pelo petróleo angolano no mercado internacional.

Essa queda não pode ser atribuída apenas à transição energética global, mas também a uma combinação de fatores conjunturais e estruturais. A queda dos preços internacionais entre 2014 e 2016 reduziu drasticamente a receita do país. Além disso, a retração do investimento estrangeiro limitou a modernização da indústria petrolífera, enquanto problemas de infraestrutura interna dificultaram a competitividade das exportações. Os cortes de produção impostos pela OPEP+ também restringiram o volume disponível, mesmo em momentos de recuperação dos preços.

A instabilidade institucional e política angolana agravou a vulnerabilidade do setor, tornando o país ainda mais dependente das oscilações externas. Nesse contexto, o declínio das exportações reflete não apenas o envelhecimento dos campos de petróleo e as mudanças estruturais no setor energético mundial, mas também a combinação de crises internas e decisões externas que impactaram diretamente a capacidade de Angola de manter sua posição estratégica como fornecedor de petróleo para a China e para o mercado global.

Gráfico 1 - Queda nas Exportações de Petróleo Bruto de Angola (2015-2023)

Fonte: *Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC)*, via CEIC.

De acordo com dados do site Trading Economics (2000-2024), as exportações totais de Angola chegaram a 9.496,90 milhões de dólares no terceiro trimestre de 2024, um aumento em relação aos 9.233,70 milhões registrados no segundo trimestre do mesmo ano. Apesar desse crescimento recente, o histórico mostra que as oscilações sempre fizeram parte da trajetória do país. Entre 2002 e 2024, a média das exportações foi de aproximadamente 13.919,87 milhões de dólares, chegando a um pico de 63.913,90 milhões no quarto trimestre de 2008 e um ponto mais baixo de 3.456,60 milhões no segundo trimestre de 2020. Esses números mostram como Angola ainda depende bastante das exportações de recursos naturais e como é sensível às mudanças no mercado internacional, especialmente diante das transformações provocadas pela transição energética.

Segundo Lunguenda (2021), a relação entre Angola e China tem sido marcada por uma dinâmica de external balancing, na qual Angola buscou na China uma alternativa estratégica diante de seu isolamento ocidental, especialmente no período pós-guerra civil. Essa relação consolidou-se por meio de empréstimos chineses garantidos por petróleo, evidenciando como os hidrocarbonetos foram centrais para a cooperação bilateral. No entanto, a autora menciona que a dependência de um único recurso torna Angola vulnerável às transformações estruturais da economia global, particularmente aquelas ligadas à descarbonização. Nesse contexto, é fundamental que Angola diversifique sua economia e reduza sua dependência do petróleo,

aproveitando as oportunidades oferecidas pela cooperação com a China em setores como infraestrutura, saúde e educação.

Conforme destaca You Ke (2016), a queda do preço do petróleo lançou um desafio tanto ao governo angolano quanto às empresas chinesas, que passaram a enfrentar dificuldades na obtenção dos pagamentos dos contratantes angolanos. Contudo, esse cenário também serviu como um incentivo para a transformação do modelo de cooperação sino-angolano. A autora destaca que desde 2012, o governo angolano tem demonstrado esforços concretos para reduzir a dependência do setor petrolífero, conforme expresso no Plano Nacional de Desenvolvimento, que previa, entre 2013 e 2017, uma taxa de crescimento médio anual do PIB de 7,1%, sendo que o setor não petrolífero deveria crescer 9,5%, enquanto o petrolífero não ultrapassaria 1,7%. Nesse mesmo espírito, ressalta a autora, o então embaixador chinês Cui Aiming declarou à imprensa angolana o compromisso da China em promover a industrialização da região, com investimentos voltados para setores como a agricultura e outras áreas estratégicas.

A partir dos dados do site Trading Economics (2000-2024), podemos observar sinais positivos na economia angolana, especialmente impulsionado por setores que não dependem do petróleo, como a extração de diamantes, telecomunicações, administração pública e comércio. Essa evolução se deve aos esforços de diversificação econômica que vêm sendo feitos desde o início da década passada. De acordo com dados do site Trading Economics (2000-2024), esse movimento se traduz no crescimento de 4,4% do PIB em 2024, o maior em uma década, reforça essa tendência de diminuir a dependência do petróleo, alinhando-se parcialmente aos objetivos do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Essa mudança no perfil econômico do país, já observada por You Ke (2016), torna evidente que a diversificação da economia passou de um simples objetivo e tornou-se uma necessidade para a economia angolana, considerando a volatilidade dos preços do petróleo e a necessidade de garantir um crescimento sustentável e diversificado. A cooperação com a China pode desempenhar um papel importante nesse processo, com investimentos em setores estratégicos como infraestrutura, agricultura, saúde e educação.

Outrossim, é importante destacar que a diversificação da cooperação bilateral promovida por ambos os países representa uma oportunidade para o fortalecimento do soft power chinês em Angola, além de propiciar um novo contexto para a superação do controverso modelo “petróleo por infraestruturas”. Segundo Nye (2017, p. 4), a China tem buscado aumentar seu soft power como uma estratégia para acompanhar seu crescimento econômico e militar.

Nye afirma que “a China dramaticamente desenvolveu seus recursos de hard power, e líderes perceberam que seria mais aceitável se fosse acompanhada por soft power” (Nye, 2017, p. 2, tradução nossa). Nye também destaca que a China tem investido bilhões de dólares para promover seu soft power, mas enfrenta desafios devido à sua política de controle rígido sobre a sociedade civil. Ele afirma que “a propaganda não é crível e, portanto, não atrai” e que “a China precisa dar mais espaço para os talentos de sua sociedade civil” (Nye, 2017, p. 2, tradução nossa). Ou seja, a China tem se esforçado bastante para melhorar sua imagem no cenário mundial, mas a falta de liberdade e o controle excessivo sobre a sociedade civil acabam prejudicando a credibilidade das suas mensagens e ações.

No campo educacional, You Ke (2016) aponta que a educação e a formação técnico-profissional passaram a ser vistas como elementos centrais na nova fase²³ da cooperação cultural entre Angola e China. Além disso, o governo angolano reconheceu, no Plano Nacional de Desenvolvimento, limitações estruturais como o baixo nível de qualificação da população economicamente ativa, especialmente em áreas técnicas, além da escassez de quadros acadêmicos e profissionais. Neste sentido, a parceria educacional entre Angola e China é um bom exemplo de como a cooperação pode ser uma ferramenta poderosa de soft power, permitindo que a China compartilhe seu conhecimento e expertise enquanto constrói laços mais fortes com outros países.

Por outro lado, a transição energética global é um desafio significativo para países como Angola, que dependem fortemente da exportação de combustíveis fósseis. Segundo Mateso (2020), essa transição pode reduzir a demanda por petróleo e gás, afetando diretamente a economia angolana. Além disso, essa mudança pode alterar a dinâmica da parceria entre Angola e China no setor energético.

De acordo com Losekann e Tavares (2020), a China vem liderando a transição energética no cenário global, impulsionando de forma significativa a expansão de fontes renováveis como hidrelétrica, eólica e solar. O país já é o maior gerador de eletricidade do mundo e continua investindo bastante em tecnologias limpas²⁴. Segundo Losekann e Tavares

²³ Ainda sobre o aprofundamento das relações político-diplomáticas, vale frisar que, o Presidente da China Xi Jinping, reiterou durante um encontro com o seu homólogo angolano, José Eduardo dos Santos, por ocasião da 6ª edição do FOCAC, realizado em Joanesburgo, no ano de 2015, “estar pronto para trabalhar com Angola no sentido de traduzir a confiança política mútua e complementaridade económica para o engrandecimento do potencial da cooperação”. Durante a sua intervenção o governante chinês destacou também a manutenção dos investimentos nos setores da indústria, finanças e construção de infraestruturas como os campos de ação para fortalecer a cooperação entre os dois governos, e enfatizou a importância de outros setores como educação, cultura, cuidados de saúde, média, juventude, turismo e recursos humanos. (MUHONGO, 2024, p. 41)

²⁴ A China tem matriz energética dominada pelo carvão, mas mostra forte compromisso para a redução de emissões de CO₂. O país desenvolve programas de grande escala para ampliação de fontes renováveis e de gás natural e domina cadeias industriais de fornecimento em tecnologias limpas, com destaque em painéis solares. As empresas

(2020, p. 28), [...]. “A capacidade de geração de energia usando fontes renováveis está se expandindo rapidamente, a taxa média de crescimento de 5,5% ao ano, tendo atingido 790 GW no final de 2019 - 356 GW de hidrelétricas, 240 GW de eólica e 204 GW de solar.” Os autores também destacam que:

A China vem expandindo as fontes de energia renováveis, incluindo hidrelétrica, eólica, solar e bioenergia, para lidar com o nível perigoso de poluição do ar, além de cumprir seu compromisso no acordo climático de Paris. A NDC chinesa propôs reduzir as emissões de CO₂ por unidade do PIB de 60% a 65%, relativamente ao nível de 2005, até 2030, aumentando a participação de combustíveis não fósseis no consumo de energia primária para cerca de 20% e o estoque florestal em 4,5 bmc.[...]. (Losekann; Tavares, 2020, p. 29)

Destarte, à medida que o mundo transita para uma economia mais sustentável, a relação entre Angola e China enfrenta um momento crucial. Neste sentido, a diversificação da economia angolana e a cooperação em setores além do petróleo se tornam essenciais para redefinir os termos da cooperação bilateral e promover um crescimento mais sustentável com sua parceira, a China.

chinesas produziram 72% dos painéis voltaicos fabricados em 2019 (Bloombergnef, 2020 *apud* Losekann; Tavares, 2020, p. 7).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

E a presente monografia buscou compreender o papel do petróleo na política externa angolana, com especial atenção à relação estabelecida com a China. Ao longo da análise, verificou-se que o petróleo, além de ser um recurso energético fundamental, constitui-se como um instrumento estratégico de poder e de inserção internacional. No caso de Angola, esse recurso natural tem sido utilizado como moeda de troca e como elemento central na construção de parcerias bilaterais e multilaterais, sendo a cooperação com a China um dos exemplos mais expressivos dessa dinâmica.

Os resultados evidenciam que a parceria sino-angolana trouxe benefícios significativos, sobretudo no processo de reconstrução nacional após décadas de conflito, permitindo avanços em áreas como infraestrutura, saúde e educação. A China, ao garantir o acesso ao petróleo angolano, viabilizou investimentos que contribuíram para o crescimento econômico do país. Contudo, essa relação também gerou novas formas de dependência, especialmente pela concentração das exportações angolanas no mercado chinês e pela vulnerabilidade às oscilações do preço internacional do petróleo. Tal cenário reforça a necessidade de refletir sobre os limites dessa cooperação e sobre os riscos que ela pode representar para a soberania e para o desenvolvimento sustentável de Angola.

Outro ponto relevante é a constatação de que a dependência excessiva do petróleo compromete a diversificação econômica e limita a capacidade de Angola em enfrentar crises externas, como as provocadas pela queda dos preços do barril ou pela transição energética global. Nesse sentido, torna-se imprescindível que o Estado angolano adote estratégias voltadas para a diversificação produtiva, investindo em setores como agricultura, indústria e energias renováveis. A transição energética, marcada pela crescente demanda por fontes limpas e sustentáveis, impõe desafios adicionais, mas também abre oportunidades para que Angola redefina sua inserção internacional e fortaleça sua autonomia econômica.

Além disso, é fundamental que Angola invista no fortalecimento institucional e técnico, garantindo maior transparência na gestão dos recursos naturais e ampliando a participação de empresas e trabalhadores locais nos projetos de cooperação. A construção de uma política externa mais equilibrada e sustentável passa pela capacidade de negociar com diferentes parceiros internacionais, evitando a concentração excessiva em um único país e ampliando as possibilidades de inserção em novos mercados.

Portanto, conclui-se que o petróleo continuará a desempenhar um papel central na política externa angolana, mas não deve ser visto como único vetor de desenvolvimento. A

relação com a China, embora estratégica, precisa ser constantemente reavaliada à luz das transformações do sistema internacional e das demandas internas de Angola. O desafio está em transformar a riqueza petrolífera em um instrumento de desenvolvimento sustentável, capaz de reduzir desigualdades sociais, promover a diversificação econômica e assegurar a soberania nacional. Somente assim Angola poderá consolidar uma política externa que, ao mesmo tempo, valorize seus recursos naturais e garanta benefícios duradouros para sua população.

REFERÊNCIAS

AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP. *Angola economic outlook*. Abidjan: AfDB, 2024. Disponível em: <https://www.afdb.org/pt/paises-africa-austral-angola/perspetiva-economica-de-angola>. Acesso em: 12 maio 2025.

ALVES, Duarte Bué. A presença chinesa em África: o caso de Angola. In: MARQUES GUEDES, Armando; COSTA PEREIRA, Pedro (org.). *Vale tudo em nome da nação ou há regras do jogo?* Lisboa: Instituto Diplomático, 2007. p. 55-70.

ALVES, João Ricardo Cumarú Silva. *As novas configurações da diplomacia do petróleo sino-africana: os casos de Angola e Nigéria*. Recife: [s.n.], 2019.

ANGOLA BROADCASTING NEWS. *Dados económicos*. 2025. Disponível em: <https://angolaexplore.com/economia-angola/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

ANGOLA. Embaixada de Angola na Áustria. *Principais Sectores da Economia*. Representação Permanente junto das Organizações Internacionais em Viena, 2014. Disponível em: <https://www.embangola.at/dados.php?ref=principais+sectores+da+economia>. Acesso em: 21 nov. 2025.

ANGOLA. Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás. *Plano de Desenvolvimento do Sector de Petróleo e Gás 2023-2027*. Luanda: Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, 13 nov. 2023. 54 p.

ANGOLA OIL & GAS. *Investimento e cooperação chineses em Angola*. 2024. Disponível em: <https://pt.angolaoilandgas.com/news/chinese-investment-cooperation-boost-multi-sector-development-angola>. Acesso em 22 nov. 2025

ANPG. *Presidente angolano convida empresários chineses a investir no sector petrolífero*. Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, 2024. Disponível em: <https://anpg.co.ao/noticias/presidente-angolano-convida-empresarios-chineses-a-investir-no-sector-petrolifero/#>. Acesso em: 15 abr. 2025.

AVELAR, Amanda Caroline Nunes de. *As relações comerciais entre Angola e China no início do século XXI*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BASEDAU, Matthias. *Context Matters: eethinking the Resource Curse in Sub-Saharan Africa*. Hamburg: GIGA Working Papers, n. 1, 2005.

BEMBE, Miguel Domingos. A Política Externa Angolana: Doutrina e prática. *Mulemba*, v. 6, n. 11, p. 25-55, 2016.

BRICS POLICY CENTER. *Fórum de Cooperação China-África*. Atualizado em dezembro de 2016. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/forum-de-cooperacao-china-africa-focac/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

CÁCULO, Paulo. Angola e China mantêm relações de cooperação mutuamente vantajosas. *Portuguese.cri.cn*, 2024. Disponível em:

<https://portuguese.cri.cn/2024/03/13/ARTIBnNijtbhnrCpfbkNmA99240313.shtml>. Acesso em: 27 mar. 2025.

CAMPOS, Indira; VINES, Alex. *Angola and China: a pragmatic partnership*. London: Chatham House, 2008.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. *Political Economy and Natural Resources: the "Curse" is in the Approach*. Lisboa: ISEG, Development Studies Seminar Series, 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARMO, Catarina Raminhos do. *Modo Angola: o impacto da intervenção da China no desenvolvimento socioeconómico de Angola*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, 2013.

CORREIA, Paula Ferolla. *Cooperação, comércio e investimentos: um estudo de caso do alinhamento de votos de Brasil e Angola na AGNU*. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CRUZICHI, Isabella. *A política externa de Angola: o processo de consolidação do Estado diante dos conflitos externos, internos e regionais (1961–2002)*. Porto Alegre: UFRGS, 2021. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

DELGADO, Fernanda; FEBRARO, Júlia. *Cronos: China e as suas questões de segurança energética*. Rio de Janeiro: FGV Energia, 2017.

ESTEVES, Paulo Luiz M. L. *et al. A Cooperação Sino-Africana: tendências e impactos para a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento*. BRICS Policy Center, 2011.

FERNANDES, Carla. Contributo de Angola para a Segurança Energética Chinesa. *Nação e Defesa*, n. 135, p. 109–121, 2011.

FERREIRA, Manuel Ennes. Realeconomie e realpolitik nos recursos naturais em Angola. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 6, p. 73–86, jun. 2005.

FLOR, Breno. *Relações sino-angolanas do pós-guerra civil aos dias de hoje: uma perspectiva histórica*. Observa China, 2023. Disponível em: <https://www.observachina.org/en/articles/as-relacoes-sino-angolanas-do-pos-guerra-civil-aos-dias-atuais>. Acesso em: 15 abr. 2025.

FONSECA, Ana Camille da; BIANCHET, Luisa; BERTUCCI, Mayra Contin; ABRÃO, Rafael. A contribuição da China para a ascensão do Brasil como potência petrolífera. *Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (OPEB)*, Ano VI, n. 95, 20 fev. 2025. Disponível em: <https://opeb.org/2025/02/20/a-contribuicao-da-china-para-a-ascensao-do-brasil-como-potencia-petrolifera/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

FÓRUM PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA E COMERCIAL ENTRE A CHINA E OS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. China foi o destino de 71% do petróleo

- exportado por Angola em 2020. 24 mar. 2021. Disponível em: https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/economic_trade/view/4319. Acesso em: 17 abr. 2025.
- FRANCISCO, Alberto André Carvalho. *A Política Externa de Angola Durante a Guerra Fria (1975-1992)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013
- GONÇALVES, Iuri. *O que é rent-seeking em economia e quais são alguns exemplos?* Disponível em: <https://investidor.estadao.com.br/comportamento/o-que-e-rent-seeking-veja-exemplos/>. Acesso em: 28 set. 2024.
- GOV.BR. *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)*. Ministério da Defesa, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- GRAZIANO, Luigi. O lobby e o interesse público. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, p. 5-36, out. 1997.
- GRUPO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Ficha informativa sobre Angola 2025: principais desenvolvimentos económicos*. 2025. Disponível em: <https://www.afdb.org/pt/paises-africa-austral-angola/ficha-informativa-sobre-angola-2025-principais-desenvolvimentos-economicos>. Acesso em: 21 nov. 2025.
- JOVITA, João Baptista de. *A Política Externa de Angola e as Estratégias Atuais*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.
- KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. *Metodologia da pesquisa: um guia prático*. Itabuna: Via Litterarum, 2010. 88p.
- KEARNEY. *Statistical Review of World Energy 2024*. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/ei-statistical-review-of-world-energy-2024/269785435>. Acesso em: 13 out. 2024.
- KIALA, Manuel. 8 Principais Problemas Sociais em Angola. *Angola Insights*, 2024. Disponível em: <https://angolainsights.com/problemas-sociais-em-angola/>. Acesso em: 12 maio 2025.
- LI, Boyuan; REN, Zhongyuan; GAO, Ping. A Study on the Impact of Energy Diplomacy on China's Crude Oil Trade. *Energies*, v. 18, n. 851, p. 1-28, 2025.
- LOSEKANN, Luciano; TAVARES, Amanda. *Transição energética e potencial de cooperação nos BRICS em energias renováveis e gás natural*. Texto para Discussão. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020.
- LOPES, Bárbara Ferreira; NASCIMENTO, Daniele Cardoso do; VADELL, Javier Alberto. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. *Carta Internacional*, v. 8, n. 2, p. 81-99, jul./dez. 2013.

LUCAS, Mary Francisca Coluna. *A política externa angolana: o governo de José Eduardo dos Santos (1979-2017)*. UNILAB, 2017.

LUNGUENDA, Denise Carlos. *A China na política externa angolana: um caso de external balancing?* 2021. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga, 2021.

MADEIRA, João Paulo. Política Externa Cabo-verdiana: evolução, perspectivas e linhas de força. *Estudos internacionais*, Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v. 7, n. 1, (abr. 2019), p.87 - 109.

MAIA, André Valente; FERABOLLI, Silvia. O petróleo como elo entre o Sudão do Sul e a China. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v. 9, n. 17, p. 450-473, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. DOI: 10.30612/rmufgd.v9i17.12050. Acesso em: 13 out. 2024.

MATESO, Vita. *Transição Energética: Desafios e Oportunidades para Angola*. Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis de Angola (ANPG), 2020.

MENDONÇA, Marco Aurélio Alves de; LOPES FILHO, Carlos Renato da Fonseca Ungaretti; OLIVEIRA, Juliana Kelly Barbosa da Silva. A Nova Rota da Seda e a Projeção Econômica Internacional da China: Redes de Financiamento e Fluxos de Investimento Externo Direto (IED). *Revista BEPI*, v. 31, art. 1, 2021.

MENDES, Carmen Amado; TIAN, Xintong. As motivações políticas e econômicas da presença chinesa em Angola. *Relações Internacionais*, mar. 2020.

MENEZES, Gustavo Rocha de. *Relações sino-africanas e o impacto na integração regional africana*. São Paulo: Editora Universitária, 2021.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE JR, Joseph S. Soft power: the origins and political progress of a concept. *Palgrave Communications*, v. 3, 2017. DOI: 10.1057/palcomms.2017.8.

OBENG-ODOOM, Franklin. Problematising the Resource Curse Thesis. *Development and Society*, v. 41, n. 1, p. 1-30, 2012.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. Diplomacia do petróleo: conceitos e teorias. In: 1º Encontro Nacional da ABRI – Segurança Internacional. 2007

OLIVEIRA, Mariana Sandoval de; PAIVA, Jaqueline Kosilek de; CARVALHO, Carlos Eduardo; SOUZA, Ana Tereza Marra de. Diplomacia econômica da China: o caso de Angola. *Revista Economia Ensaio*, Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 63-80, jan./jun. 2012.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. *Petróleo Bruto: Exportações de Angola*. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/pt/indicator/angola/crude-oil-exports>. Acesso em: 9 maio 2025.

PAUTASSO, Diego. A economia política internacional da China: inserção internacional e relações sino-angolanas. *Século XXI*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 109-113, 2010.

PAUTASSO, Diego. Os desdobramentos internacionais do desenvolvimento e da demanda por petróleo na China. *Meridiano 47*, n. 109, ago. 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/231191180>. Acesso em: 11 de abril de 2025.

PAUTASSO, Diego. O papel da África na Nova Rota da Seda Marítima. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v. 1, n. 2, p. 124-136, 2016.

PODER360. Banco Mundial eleva projeção de crescimento da China para 2024 e 2025. *Poder360*, 26 dez. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/banco-mundial-eleva-projecao-de-crescimento-da-china-para-2024-e-2025/#:~:text=O%20desempenho%20econ%C3%B4mico%20da%20China>. Acesso em: 9 abri. 2025.

RIBEIRO, Valéria. L. *A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI*. 2013.

SANTOS, Rosilene; ZHOU, Yun; PESSOA, Carlos. A Cooperação Energética China-África: das energias fósseis às energias limpas. In: XX Encontro Nacional de Política Externa, 2022. p. 1-16.

SARFATI, Gilberto. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo, Saraiva, 2005.

SILVA, Igor Castellano da. Política externa regional de Angola: mudanças frente à ordem sistêmica (1975-2010). *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 4, n. 7, p. 139-172, Jan./Jun. 2015.

SCHÜTZ, Nathaly Silva Xavier. Angola no Atlântico Sul: a lacuna da política externa para a CPLP (2002-2020). *Rev. Conj. Aust.*, jul./set. 2022.

SOGGE, David. Angola: como maldição? *Revista Tempo do Mundo*, v. 3, n. 2, p. 243-262, 2017.

STEVENS, Paul; LAHN, Glada; KOOROSHY, Jaakko. *The Resource Curse Revisited – Appendix: A Literature Review*. London: Chatham House, Energy, Environment and Resources, 2015.

TRADING ECONOMICS. *Angola - Exportações. 2000-2024 Dados | 2025-2027 Previsão*. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/angola/exports>. Acesso em: 9 mai. 2025.

TRADING ECONOMICS. *Angola – PIB Taxa de Crescimento. 2000-2024 Dados | 2025-2027 Previsão*. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/angola/gdp-growth-annual>. Acesso em: 9 maio 2025.

TRADING ECONOMICS. *Angola Plataformas de petróleo bruto. 1995-2025 Dados | 2026-2027 Previsão*. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/angola/crude-oil-rigs>. Acesso em: 9 maio 2025.

TV BRICS. Cerca de 100 jovens da África do Sul recebem oportunidade de estudar em universidades da China. *TV BRICS Projetos*. Educação, 2024. Disponível em: <https://tvbrics.com/pt/news/cerca-de-100-jovens-da-africa-do-sul-recebem-oportunidade-de-estudar-em-universidades-da-china/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

WONG, Tessa. A nova rota da seda que a China quer construir vale o investimento trilionário? *BBC News*, 18 out. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cmj544lg205o>. Acesso em: 2 abr. 2025.

XINHUA. Ferrovia Etiópia-Djibuti construída pela China impulsiona integração regional. *Portuguese.news.cn*, 2022. Disponível em: https://portuguese.news.cn/2022-02/24/c_1310487454.htm. Acesso em: 16 abr. 2025.

XINHUA. Infraestruturas construídas pela China fazem parte de orgulho nacional de Angola, diz ministro. *Portuguese.cri.cn*, 2023. Disponível em: <https://portuguese.cri.cn/2023/12/18/ARTI0Jx5k0oMDNYMqywcJTf5231218.shtml>. Acesso em: 27 mar. 2025.